

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Pedro Luz Tomaz

**A CONSTRUÇÃO DO TEMA DA POBREZA NOS
DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS (1964-
2017)**

Porto Alegre
2017

Pedro Luz Tomaz

A CONSTRUÇÃO DO TEMA DA POBREZA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS (1964- 2017)

Trabalho de conclusão de curso apresentado Departamento de Ciências Administrativas de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

Porto Alegre
2017

Pedro Luz Tomaz

A CONSTRUÇÃO DO TEMA DA POBREZA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS (1964- 2017)

Trabalho de conclusão de curso
apresentado Departamento de Ciências
Administrativas de Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas
Camara

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky

Orientador – Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

RESUMO

O presente trabalho busca analisar, em diferentes discursos presidenciais proferidos no período que corresponde de 1964 (marcado pela instauração do golpe militar) até 2017, elementos constitutivos da construção da temática da pobreza e seu combate, no Brasil. É realizada uma descrição das principais abordagens filosóficas orientadoras da elaboração dos programas de combate à miséria e a trajetória histórica destes programas no país. São colocados em perspectiva os componentes políticos formadores do tema pobreza, incluindo-se a influência da ação neoliberal nas ações de combate à pobreza realizadas pelo Estado. As diretrizes para construção da análise dos discursos foram constituídas por elementos da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, relacionada ao círculo de Bakhtin, a saber: forma de enunciação, tema, uso do discurso alheio, processo de significação e produção de consenso e conciliação de classe. Foram identificados como traços comuns a todos os discursos, a busca de conciliação de interesses de classe, propugnando-se a manutenção da propriedade privada e o andamento da iniciativa empresarial. Através de uma retórica economicista, atrela-se a condução do combate da pobreza como forma de estímulo ao consumo, assim reforço o paradigma neoliberal.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem. Círculo de Bakhtin. Discursos Presidenciais. Pobreza. Combate à pobreza.

ABSTRACT

The following paper analyses, in different presidential speeches pronounced from 1964 (marked by the military coup) to 2017, the elements that constitute the theme of poverty and the struggle against it in Brazil. A description of the main philosophical approaches that guide the formulation of the programs against poverty in the country is made. The political components that formulate the theme of poverty are placed in perspective, and, as such, the neoliberal influence in the matters of State. The guidelines that constitute the analysis of the speeches were taken from elements of the work "Marxism and the Philosophy of Language", related to the Bakhtin circle, and are: the enunciation forms, theme, use of speech, signification process and production of class consensus and conciliation. Common traces, identifiable to all speeches were the reinforcement of the class conciliation, with the defense of the private ownership and the business interests. Through economics-based rhetoric, the struggle against poverty is used as a mean to stimulate consumption, reinforcing the neoliberal paradigm.

Keywords: Philosophy of Language. Bakhtin Circle. Presidential Speeches. Poverty. Struggle against poverty.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 POBREZA POLÍTICA	10
1.1 NEOLIBERALISMO E COMBATE À POBREZA	11
2 PRINCIPAIS ABORDAGENS DO TEMA DA POBREZA E SEU COMBATE	16
3 BREVE TRAJETÓRIA PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL	19
4 ELEMENTOS DA FILOSOFIA MARXISTA DA LINGUAGEM PARA COMPREENDER A PRODUÇÃO DO TEMA DA POBREZA	25
4.1 MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM	25
4.2 CONSTRUÇÃO DE SIGNOS E SÍMBOLOS	29
4.3 IDEOLOGIA, SIGNOS E PRODUÇÃO IDEOLÓGICA	30
4.4 ENUNCIÇÃO.....	32
4.5 TEMA E SIGNIFICAÇÃO	32
4.6 O DISCURSO ALHEIO	34
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
6 ANÁLISE DOS DISCURSOS DE PRESIDENTES DO BRASIL SOBRE A POBREZA	39
6.1 DISCURSO DE CASTELO BRANCO EM 6 DE JUNHO DE 1964, NA HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DE PERNAMBUCO.....	39
6.2 PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY NO DATA DE 30 DE ABRIL DE 1985, EM CADEIA NACIONAL E TELEVISÃO POR OCASIÃO DO ANÚNCIO DO NOVO SALÁRIO MÍNIMO	43
6.3 DISCURSO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO FHC E TEXTO DE RUTH CARDOSO ACERCA DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA	45
6.4 DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA FOME ZERO	51
6.5 DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	56
6.6 DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL TEMER, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	63
CONCLUSÃO	67
BIBLIOGRAFIA	70

INTRODUÇÃO

Em meio ao contexto atual de crise e através de um golpe jurídico-parlamentar, que leva Michel Temer (PMDB) à Presidência da República, é retomada a intensificação de uma agenda neoliberal no Brasil. Esta teve maior expressão nos governos de Fernando Henrique Cardoso e continuou, ainda que com outra roupagem e mais atenuada, na chamada Era PT (governos Lula e Dilma Rousseff).

Várias contrarreformas estão sendo feitas, como a da previdência, a trabalhista e a aprovação de leis no Congresso Nacional como a de terceirização, levando a uma profunda pauperização da população brasileira e aprofundando a precariedade das suas condições de vida. Dessa forma, são urgentes estudos sobre as ações governamentais que lidam com a situação, em específico, para a produção da temática das políticas públicas de combate à pobreza, em especial às de assistência social.

No Brasil na Era Vargas, a assistência social ganha destaque com a primeira-dama Darcy Vargas, que, em 1942, organizou um grupo de senhoras para doar cigarros e chocolates para os expedicionários que foram combater na II Guerra Mundial, processo que eventualmente viria a criar a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Em seu estatuto, seria garantido às primeiras-damas a presidência da instituição.

Durante a ditadura civil-militar que assolou o País, a partir de 1964, as primeiras-damas dos generais continuaram a atuar na LBA, dessa vez sob os auspícios do Ministério da Previdência e Assistência Social, efetivando o reforço do caráter filantrópico das políticas estatais de combate à pobreza. Esse período é fundamental para o fortalecimento do primeiro-damismo e relega a assistência social a segundo plano das políticas públicas de combate à pobreza e à miséria.

Com o processo de democratização, no final da década de 1980 e na década de 1990, e a Constituição de 1988, a assistência social no Brasil ganha a necessidade de aprimoramento, com a obrigação legal de ação governamental sobre a questão. A LBA continuou existindo e, sob o comando da primeira-dama Rosane Collor, se viu envolta em vários escândalos de corrupção. (ROSANE COLLOR TERÁ..., 2001; PINHEIRO, 1995).

Em 1994, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência, a LBA é extinta por medida provisória (BRASIL, 1995). A ação social é então, colocada sob os auspícios da antropóloga Ruth Cardoso, primeira-dama, através do Programa Comunidade Solidária (PCS). O CS tinha como principais características a formação de parcerias com setores privados para a execução de ações de assistência social.

Para Demo (2003) o Comunidade Solidária foi um programa assistencialista que ao redirecionar os esforços da assistência social no país para o âmbito privado e, conseqüentemente, para um sistema de caridade e filantropia, deu continuidade ao “primeiro-damismo” no país, não se caracterizando como mudança significativa de paradigma na ação social.

Havia, até este momento, a centralidade da figura da primeira-dama na implementação destas políticas no Brasil. Historicamente relegado a um segundo plano dentro das ações de governo, o combate à pobreza e à miséria, não teve uma condução sistemática. Ao longo de variados governos, existiu a continuidade da dita política do “primeiro-damismo”, em que as primeiras-damas exerciam o papel de comando da execução destas que eram, no máximo, reduzidas a um papel marginal (DORNELAS CAMARA, 2013).

Entretanto, na última década e meia, essa trajetória da assistência social estava interrompida, com a natimorta criação do Programa Fome Zero, nos primeiros anos da chamada Era PT (Partido dos Trabalhadores) e o estabelecimento do Programa Bolsa Família (PBF), depois articulado no Plano Brasil Sem Miséria.

Entre as mudanças significativas promovidas pelo Bolsa Família, está a articulação e integração entre os diferentes projetos até então implementados, como o Bolsa Escola e o Vale-gás, entre outros. Nesse sentido, obteve-se um processo mais eficaz no combate à pobreza (YAZBEK, 2008). Outro aspecto positivo se encontra na massificação da ação estatal, com o fortalecimento da distribuição de renda e significativa melhoria das condições de vida da população. Como crítica, é possível dizer que o programa agiu de modo a realizar transformações estruturais e políticas na sociedade, retomando questões como a pobreza política de Demo (2003).

A suposta estruturação e fortalecimento da assistência aos pobres e miseráveis no Brasil durante a Era PT foi estancada com a chegada de Michel Temer à Presidência da República. Em 2016, a primeira ação a ser realizada por

ele, no âmbito das políticas públicas de combate à pobreza, é o projeto “Criança Feliz”, capitaneado pela primeira dama, Marcela Temer. Este projeto criado por meio de Decreto Presidencial (BRASIL, 2016), tem como principal objetivo a promoção e o desenvolvimento de crianças, até os seis anos completos, em situação de vulnerabilidade, através de atividades realizadas por assistentes sociais nas famílias. O Programa, ainda com baixa execução, também envolve a atuação das esferas, municipais, estaduais e federal, tendo a possibilidade de parcerias com instituições privadas para sua execução.

Vemos que muitas das políticas adotadas pelo Governo, em todo o período aqui mencionado, seguem um reforço da perspectiva neoliberal (PUELLO-SOCARRÁS, 2012), vigente mundialmente nos últimos 40 anos, e que prega processos a descontinuação do papel estatal como principal promotor de amparo e transformação social, em detrimento cada vez maior, das forças de mercado. É a agenda neoliberal que vai dar coerência a essas políticas entre si. A retomada do primeiro-damismo, à primeira vista, antiquado e arcaico, dá indícios de que o neoliberalismo constitui a base paradigmática do combate à pobreza no País.

Podemos encontrar nos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas elementos que permitem caracterizar essa trajetória neoliberal das políticas de combate à pobreza. Ademais, os discursos presidenciais e de primeiras-damas criam uma coerência, permanência e reprodutibilidade da pobreza, convertendo-a no que Volóchinov (2017) chama de tema.

Para Volóchinov (2017) tema é um ponto central para o processo amplo de compreensão da linguagem e seus fenômenos. Ele é elemento indissociável da construção dos enunciados, ao lado da significação, e se constitui como a realidade concreta, histórica e social sob a qual os envolvidos na comunicação estão inseridos, fazendo com que cada questão enunciativa, de discurso, assumam um sentido diferente cada vez que é proferida. Questões de classe são fundamentalmente responsáveis pela construção desse sistema e dado o horizonte social de cada um dos interlocutores,

A partir da análise dos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas e dos elementos contextuais aqui expostos, este trabalho visa responder à seguinte pergunta de pesquisa: “De que maneira o tema da pobreza é construído nos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas, desde o golpe de 1964?”

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 1 é apresentado o conceito de pobreza política; no 2 são expostas ideias centrais para abordagens do tema da pobreza e seu combate; no 3, são apresentados alguns elementos da Filosofia da Linguagem para compreender o tema da pobreza; no capítulo 4 são descritos os objetivos do trabalho; no 5, são apresentados os procedimentos da pesquisa; no 6 são feitas as análises dos discursos de presidentes e primeiras-damas. Ao final, é feita uma conclusão, seguida dos referenciais adotados.

1 POBREZA POLÍTICA

É necessário colocar entre as perspectivas de análise acerca da questão da pobreza e dos programas sociais que realizam o seu combate, no âmbito governamental, uma maior elaboração acerca de seus significados, suas causas, de seus impactos e perspectivas futuras. Nesse sentido, Demo (2003) traça um panorama bastante elucidativo a respeito do assunto, colocando perspectivas políticas como grandes fomentadores do fenômeno do empobrecimento das populações.

Assim, Demo (2003) assume que reduzir o combate à pobreza humana, através de uma visão meramente assistencialista, pode ser uma estratégia extremamente equivocada. Existe, na visão de Demo (2003), uma conjuntura social e econômica extraordinariamente desfavorável aos mais pobres, de modo que os mecanismos de mercado e as condições estruturalmente desiguais acabam por promover uma situação de perpetuação das condições de miséria em setores amplos da sociedade. Dessa forma, processos de distribuição de renda, ainda que bem articulados, não terão sucesso definitivo para erradicar a pobreza, visto que não criam alterações definitivas em sociedades injustas.

Outro fator a ser considerado, é que as políticas de distribuição de renda, de forma manipulativa, podem ser utilizadas para aprofundar os laços de dominação e dependência entre classes sociais. Tal consideração é feita por Demo (2003), no sentido de que a pobreza acaba por retirar do homem seus meios de sobrevivência, logo, este se torna refém de qualquer forma de caridade e assim, dependente da ajuda feita pelas classes dominantes.

A dignidade do homem também é colocada em questão, sendo a pobreza fundamental para a sua destruição. Processos de estigmatização dos pobres proporcionam, também, uma grande contribuição a perpetuação da situação de miséria. Um processo de culpabilização do indivíduo pelos problemas das estruturas sociais e econômicas, com base em linha discursiva supostamente meritocrática, ajuda a moldar um pensamento social que procura obscurecer os fatores produtores dessa realidade.

Dessa forma, conforme fica evidenciado por Demo (2003), a debilitação da participação e da representação política, em todos os seus sentidos, são a principal razão para geração de miséria, em especial, nos países mais desfavorecidos pela

dinâmica capitalista internacional. Isso é feito de modo estratégico pelas nações desenvolvidas, que buscam criar laços cada vez mais profundos de dependências e subordinação.

Demo (1997) coloca como ponto fundamental na relação de mudança dos programas sociais a perspectiva de redistribuição. O processo redistributivo seria a ação estatal promotora de mudança estrutural na sociedade, combatendo a residualidade e escassez de recursos destinados a essas ações, além da formação de relações de dependência.

Os processos neoliberais, de acordo com Demo (1997), são os principais agentes de reforço na formulação das políticas de assistência que perpetuam a pobreza, através da debilitação da ação política e a perpetuação da dependência dos mais pobres.

Como busca a ser realizada pelas ações governamentais, conforme coloca Demo (2003) está a da promoção das condições dos indivíduos, com políticas de transformação social e que promovam, dentro de uma perspectiva social mais ampla, condições políticas para que sejam exercidos os direitos sociais e a retomada da cidadania plena.

1.1 NEOLIBERALISMO E COMBATE À POBREZA

As transformações políticas e sociais das últimas décadas do século XX, são marcadas pelo fortalecimento dos processos de globalização e a intensificação dos processos políticos promotores do livre-mercado, através da ideologia neoliberal, vem moldando a ação estatal e afetando programas de combate à miséria. Nesse sentido, a conceituação teórica de Puello-Socarrás (2013) acerca do neoliberalismo, mostra alguns pontos relevantes para seu entendimento. Exemplificando em sete “teses”, mostra o contexto histórico neoliberalismo, onde o conceitua como processo mais amplo de defesa do capitalismo e das classes dominantes, em um contexto global. Nesse sentido, pode se citar como principal elemento do neoliberalismo o fortalecimento do livre-mercado como ideologia norteadora da vida em sociedade, com conseqüente diminuição da intervenção estatal na economia e no âmbito social.

A primeira tese “O neoliberalismo, fase superior do capitalismo”, conforme colocada por Puello-Socarrás (2013), mostra o processo histórico de ascensão do processo neoliberal. Essa fase superior do sistema capitalista se encontra ancorada

na crise vivenciada nos 70, e pode ser caracterizada como sendo um estágio de profundas transformações nas relações capital-trabalho, com fortalecimento de antagonismos entre classes e aprofundamento da precarização das condições de vida das camadas mais pobres. Reforçando essas mudanças, temos o consenso de Washington, o fim de grande parte de programas de auxílio ao combate à miséria, centrais para o estado de bem-estar social do período pós-guerra, além do fortalecimento de organismos internacionais de crédito e desenvolvimento, como o BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A segunda tese, de acordo com Puello-Socarrás (2013), é a do “Neoliberalismo como projeto de político-econômico de classe, não somente como política pública”, mostra o desenvolvimento do sistema neoliberal como sendo algo além do âmbito de políticas públicas específicas de governos (incluindo-se diminuições de poder estatal). Assim, demonstrando seu significado político, de submeter todas as relações sociais à lógicas mercadológicas, de acordo com interesses da classe capitalista.

Uma terceira tese refere-se ao plano multidisciplinar do neoliberalismo, além das fronteiras meramente econômicas. Com capacidade de alteração das estruturas sociais de forma extremamente ampla, envolvendo também questões de ordem ambiental, energética, alimentar, social, política, de saúde e ideológica.

A quarta tese de Puello-Socarrás (2013) se refere ao pluralismo de ideias que constituem o neoliberalismo. Somam-se escolas de pensamento de variadas origens como a Escola anglo-americana, mais tradicional e popular, centrada na figura de Milton Friedman; A escola austríaca, encabeçada por Mises e Hayek; A escola alemã ou Ordoliberal, que prega relativa interferência estatal para garantir o funcionamento do mercado; A escola Keynesiana, com utilização de partes teóricas da obra de Keynes no que se refere a política monetária; e, por último, a perspectiva austro-americana. Apesar de diferenças notáveis entre essas correntes, todas seguem na defesa do mercado como grande agente organizador social.

A quinta tese, por sua vez, coloca a grande capacidade da ideologia neoliberal de se flexibilizar frente a contextos adversos, como crises econômicas e mudanças políticas. Tal característica se dá pela possibilidade de se realizar uma defesa do livre mercado, com regulamentações estatais.

O autoritarismo, elemento constitutivo do paradigma neoliberal, se constitui, por sua vez como sexta tese de Puello-Socarrás (2013). Temos, nesse sentido, os repetidos processos antidemocráticos adotados por governos neoliberais durante a história. Como exemplo disso, tivemos as ditaduras em países latino-americanos. Isso se faz necessário para manter o funcionamento dos mercados e do capitalismo, com efetiva manutenção do controle social para prevenção de tentativas de estabelecimento de governos alternativos, de cunho socialista e nacionalista, através do empobrecimento, aumento das desigualdades e falta de perspectivas futuras das populações.

Por fim, a sétima e última tese do fenômeno neoliberal, está relacionada diretamente ao processo necessário de exploração capitalista, o colonialismo. Isso é diretamente relacionado à necessária exploração de países periféricos pelos centrais, fundamental para a sobrevivência econômica do sistema. Como estratégias de manutenção do poder estão medidas que forçam a dependência econômica das nações pobres, por projetos de auxílio econômico e de combate à pobreza e intervenções políticas.

Seguindo uma reflexão acerca da pobreza, podemos destacar o processo histórico neoliberal que marca fortemente o período contemporâneo em que vivemos, no Brasil e na América Latina, onde os projetos que visam o combate da mesma se encontram profundamente enraizados ideologicamente no mesmo contexto.

Leguizamon (2007) faz uma revisão das diferentes perspectivas críticas ao pensamento voltado à questão da pobreza e sua formação social, principalmente de seu desenvolvimento neoliberal.

Assim, Leguizamon (2007), mostra que devido ao sistema econômico e social vigente durante a história nos países latino-americanos, situações de pobreza massificada e persistente permanecem constantes nos mais variados países. Isso, por sua vez, fez com que surgissem diversas correntes de pensamento que, localmente, formaram esforços significativos para elaborar teorias condizentes com os processos que promotores de pobreza, com um ponto de vista, acima de tudo, dos países oprimidos economicamente.

Dessa forma, Leguizamon (2007), procura mostrar os pontos característicos adotados por essas concepções, em especial as neoliberais, colocados como sendo as principais questões relacionadas ao empobrecimento populacional, como:

teorizações acerca do desenvolvimento, reflexão acerca do sistema de dependência socioeconômica internacional, crescimento demográfico e as questões urbanas. Todos esses pontos pensados de modo relacionado, dado o caráter multidisciplinar da pobreza.

As questões ligadas ao subdesenvolvimento, segundo revisão de Leguizamón (2007), são colocadas como uma construção política terminantemente estadunidense, no contexto do período do pós-guerra. Tais concepções surgem a partir do esforço de se criar uma estratégia discursiva que colocaria, de modo particular, as nações latino-americanas em um estágio de inferioridade histórica, perante o desenvolvimento militar, econômico e, acima de tudo, cultural dos Estados Unidos. Essa forma de pensar, se ancora em uma concepção de inevitabilidade histórica do progresso e do desenvolvimento. Através dessa narrativa, essas nações deveriam, através de programas de auxílio e de comércio exterior, submeter seus sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais, sob um processo de recebimento de ajuda por programas de ação humanitária.

Não obstante, Leguizamón (2007), analisa o esforço de teórico latino-americano em pensar alternativas de análise acerca do fenômeno desenvolvimento. Nesse sentido, fazem uma crítica aos processos e estruturas econômicas vigentes na sociedade latina, colocando-as como grandes causas para o empobrecimento regional, em contraponto à visão neoliberal até então vigente nos países ricos.

Leguizamón (2007) demonstra as condições de exploração e de dinâmica do capitalismo global como as verdadeiras forças motrizes para esse problema, com o processo de colonialismo ainda sendo reforçado, em todas as estruturas sociais locais, com presença de latifúndios, baixa industrialização, extração predatória de recursos naturais por multinacionais e ataques às populações do campo. O processo também é acompanhado de modo contundente por relações de trabalho precárias e informais, com número elevado de empregos não vinculados a atividades produtivas regulares.

Outro posicionamento teórico criticado, de acordo com Leguizamón (2007), é o do crescimento demográfico exacerbado como fonte de miséria e fome nas sociedades latinas. Essa concepção surge como forma de tentar criar processos de culpabilização dos pobres em relação a pobreza, embora historicamente, condições de pauperização sempre foram verificadas, mesmo em momento em que as

populações eram pequenas. Afirma-se, então, que existem problemas estruturais em relação a essa questão.

Segundo análise de Leguizamón (2007), o núcleo de pobreza urbana segue como um aspecto destes processos, citados anteriormente, de modo que estes são caracterizados como sendo o acúmulo dos pontos que caracterizam o subdesenvolvimento. Com a estrutura precária dos núcleos urbanos da América Latina, o subsequente aumento do êxodo rural, provocado pelas duras condições de vida no campo, a carência efetiva de uma estrutura produtiva capaz de absorver, de modo a não criar exércitos de reserva, mão de obra assalariada com remuneração decente e, devido a isso, um grande número de trabalhadores informais, produziu uma situação de problemas sociais e de marginalização que acarretam na construção cada vez maiores de moradias irregulares e de violência. Com a constante diminuição de alguns programas sociais existentes e das políticas de estado para fomento econômico, que aconteceram com maior intensidade no período de avanço neoliberal, a pobreza teve um grande aumento pelo continente, criando situações caóticas no âmbito urbano.

Por fim Leguizamón (2007), assinala que o projeto neoliberal imposto a sociedade latino-americana, por órgãos como o Banco Mundial, não obteve resultados positivos, no que diz respeito à melhoria das condições de vida das populações por criar mecanismos institucionais que não levaram em conta as reais causas da pobreza. Ao contrário, reforçou as estruturas econômicas e sociais injustas que criam e dão sustentação ao problema em questão, seja no âmbito interno dos países, como externamente, em um processo de globalização desigual.

2 PRINCIPAIS ABORDAGENS DO TEMA DA POBREZA E SEU COMBATE

Elaborado um breve histórico sobre as políticas públicas no Brasil e um delineamento sobre o conceito de pobreza, é possível concluir que os diversos contextos e panoramas econômicos, políticos e sociais que emergiram ao longo dos anos, contribuíram mundialmente, e também dentro do âmbito brasileiro, para a emergência e construção de políticas públicas de combate à pobreza. Tais políticas, também são produto de extensivo trabalho filosófico, sobretudo ético e moral, elaborados tanto por organismos internacionais, como também, por economistas e filósofos.

Nesse sentido, Dornelas Camara (2014) traz importantes subsídios para compreensão acerca desse assunto, ao elaborar uma síntese sobre as ideias dos principais autores que preconizam as abordagens globais e, especialmente, brasileiras, sobre a temática da pobreza e seu combate. São tratadas, de forma crítica, os trabalhos realizados pelo Banco Mundial, por John Rawls, por Amartya Sen e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo como contraponto a filosofia da libertação, de Enrique Dussel.

O processo de crítica é dado por Dornelas Camara (2014), principalmente, pela incapacidade de se gestarem soluções, dentro dessas abordagens de filosofia moral, para a gestação de possibilidades de emancipação humana e defesa da vida em sua plenitude, pela extensiva defesa da primazia dos mercados e do capitalismo como um todo, definidos como inevitáveis orientadores das possibilidades da vida humana.

Os trabalhos do Banco Mundial (2001; 2006) desenvolvidos através de relatórios de desenvolvimento, ilustram bem como a defesa dos mercados é feita com dentro do âmbito da criação de políticas públicas de combate à pobreza. A fundamentação moral encontra-se diretamente ligada a ideia de equidade, de acordo com uma noção de igualdade de oportunidades. Tais oportunidades se manifestaram dentro do ambiente mercadológico, onde as pessoas pobres passariam a estar inclusas.

Assim, com os mercados retirando pessoas da situação de pobreza, haveria a promoção do desenvolvimento, com incremento nos processos de troca existentes na sociedade e, também, maior harmonia entre empresas, governos e sociedade. A visão utilitarista, que preconiza a busca individual pela satisfação do prazer como

princípio e que, por sua vez, levaria toda a sociedade ao maior bem-estar, se encontra nessa fundamentação. É possível dizer que essa visão tem sérios problemas. Em primeiro lugar, mercados competitivos dificilmente permitem que todos se beneficiem de seu produto. Além disso, essa busca individual pelo bem-estar, pode levar a maior concentração de riqueza nas mãos de uns poucos, em detrimento de uma maioria, cada vez mais empobrecida.

Dornelas Camara (2014) apresenta outra fundamentação moral para análise da pobreza e formação de seu tema, propugnada por John Rawls. Buscando trazer à tona, de modo mais contundente, a ideia de equidade como princípio para a justiça, faz-se uma crítica ao utilitarismo. Sucede, então, uma formulação contratualista acerca da criação e implementação de direitos e de leis na sociedade, partindo da premissa de que um estado originário de igualdade a todos os homens, que sob o “véu da ignorância”, ou seja, o desconhecimento de sua condição social e que, portanto, toda forma de justiça deveria estar embasada em um princípio de garantia de oportunidade a todos. Não são descartados, porém, o mercado e suas instituições dentro da concepção de Rawls. Assim sendo, a distribuição de oportunidades e o desenvolvimento da equidade são dados dentro de um quadro eminente capitalista, que dita as possibilidades de cada um e, na impossibilidade da maioria deter os meios de produção, leva ao incremento da desigualdade.

Dornelas Camara (2014) analisa a posição de Amartya Sen e sua abordagem sobre as Capacidades. Defende-se a ligação da economia aos processos mais amplos da política, da ética e da filosofia, estabelecendo uma crítica ao processo utilitarista de abordagem moral acerca do problema econômico, sinalizando seu caráter egoísta. É colocada a superação de racionalismo utilitarista através de uma base conceitual consequencialista-deontológica, ou seja, a economia e obviamente, elementos como os da pobreza, deverão ser ligadas a processos de valoração moral das ações, em suas consequências, além do estudo os deveres morais existentes na questão. As potencialidades de ação moral dos indivíduos, porém, continuam diretamente atreladas ao desenvolvimento dos mercados.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta também uma forte relação com a teoria de Sen, de acordo com Dornelas Camara (2014). Os diversos relatórios produzidos pela instituição, detalhando índices de bem-estar humano, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), se

relacionam com questões de liberdade e expansão das escolhas das pessoas, abordando também aspectos como disponibilização de oportunidades para uma vida tolerável.

A implementação de políticas públicas de combate à pobreza, conforme elaboração teórica do PNUD, deve se dar com articulação dentro um paradigma de mercado, que possibilite as necessárias liberdades de escolha para o exercício das potencialidades dos indivíduos e através de Organizações Não Governamentais (ONGs), que em sua estrutura desburocratizada, permitem ações dinâmicas sem o engessamento da máquina estatal e afastam a intervenção do estado na questão.

Nesse processo, assume fundamental papel o princípio de liberdade de escolha, dentro de um sistema capitalista, para o exercício da plenitude da vida humana, similarmente ao que defende John Stuart Mill, filósofo inglês. Entretanto, é errada a afirmação que esse processo de inserção de camadas mais pobres dentro do sistema capitalista, do mercado de trabalho é propulsor do desenvolvimento, pois as populações mais pobres já estão inseridas no contexto da sociedade de mercado e da dinâmica concorrencial do capitalismo, sofrendo as consequências do processo.

Em resposta a essas fundamentações teóricas acerca da questão da pobreza, Dornelas Camara (2014), defende uma nova abordagem, que possibilita adoção de princípios éticos, tomando por base a alteridade e a valorização do ser humano e sua vida, a filosofia da libertação. Tomam-se como princípio nessa linha a primazia pela defesa da alteridade e da vida. Rejeita-se o sistema capitalista no processo, fundamentado na exploração do homem pelo homem, em prol da acumulação de capital, negando o exercício da reprodutibilidade da vida e seu desenvolvimento a um grande número de oprimidos. Busca-se, assim, a criação de uma sociedade sem dominação e trabalho, onde a liberdade possa ser exercida de fato.

3 BREVE TRAJETÓRIA PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL

A pobreza e suas teorizações, além das diferentes formas de seu combate, no Brasil, seguem com uma perspectiva bastante relacionada ao panorama dos outros países latino-americanos, com suas estruturas bastante peculiares e diversas dos modelos neoliberais, mais difundidos e preconizados. Nesse sentido, Yazbek (2012), mostra o caráter diverso e multidisciplinar da condição de pobreza nas sociedades, ponto fundamental de análise a respeito da questão, uma conceituação mais abrangente e que implica em um grau de complexidade maior para se traçarem maiores entendimentos. Tal multidisciplinaridade está ancorada em fatores que vão além dos meramente econômicos, conforme colocado por autores de linha neoliberal, mas com elementos culturais, sociais e políticos, sobretudo em fatores promotores de desigualdade, como carência de oportunidades, geração de perspectivas de um futuro melhor, discriminação nas relações de trabalho, além da absoluta de direitos que reconheçam a necessidade de garantir a todos indivíduos em uma sociedade, condições dignas de vida. A manifestação e a existência de questões como a fome, precariedade da moradia, subemprego e falta de acesso a saúde pública se caracterizam como pontos concretos da realidade social da pobreza.

Nesse sentido, além de levantar essas questões, Yazbek (2012), mostra o peso e o papel fundamental das estruturas sociais vigentes para a produção da situação de miséria no Brasil, historicamente. A banalização da injustiça social e a não indignação acerca da condição de pobreza por parte da sociedade, levam a uma aceitação cada vez maior do discurso neoliberal e das ações governamentais de simples amparo ao pobre. No cenário capitalista, com acirramento dos processos de exploração do trabalho, manter essa aceitação, com o não reconhecimento da existência de direitos sociais, é fundamental para a perpetuação da desigualdade e do acúmulo de riquezas excessivo. No Brasil, isso se dá de maneira constante na história do país.

Coloca-se, de modo complementar, a produção de estigmas relacionados ao processo de empobrecimento, como fator nessa questão. O pobre, retirado de sua capacidade de exercer sua cidadania e seus direitos sociais, é posicionado de modo a ser na sociedade um receptor de auxílio e de caridade, um dominado pelos governos e pelas classes dirigentes. Essa situação cria margem para processos, por

parte dos agentes dominantes, de gestão da miséria humana, onde os indivíduos passam a existir na sociedade apenas como fatores a serem controlados e governados, desprovidos de qualquer capacidade de agirem de forma autônoma. Yazbek (2012), em sequência, mostra que esse é um processo articulado por diversas instituições, em especial as de financeirização, principais beneficiárias da exploração dos pobres.

Para poder estabelecer um entendimento acerca da questão da pobreza no Brasil, com suas diversas peculiaridades, Yazbek (2012) retoma os processos históricos sobre o assunto no país, trazendo relatos dos diversos programas instituídos de forma a prover assistência às populações mais necessitadas. Mostra que a sociedade brasileira, desde os seus primórdios, colocou a proteção social como não sendo uma necessidade de ação estatal, sendo por grande parte da história a Igreja Católica responsável por dar amparo aos mais pobres. Temos, também, a escravidão como fator que mostra o desprezo em relação à pobreza humana na sociedade brasileira. Por esse lado, pode-se notar a prolongada ausência dos direitos fundamentais no âmbito nacional.

As ações contra a pobreza tinham também um lado higienista e só passaram a sofrer mudanças significativas pelo surgimento de reivindicações sociais dos trabalhadores urbanos na era Vargas. Dado o clima de instabilidade generalizado, nessa época, o governo ditatorial encontrou uma forte necessidade de apaziguar as demandas populares que se acumulavam e passaram a ocorrer de forma violenta.

Assim, criou-se um sistema único de assistência social, alinhado com políticas de controle dos movimentos contestatórios, visto que estes estavam acumulando forças para alterar a ordem vigente. Entre as diferentes medidas criadas no sentido de promover a estabilização nacional e crescimento do bem-estar populacional, com proteção aos interesses capitalistas e estatais, está a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que permitiu uma regulação dos abusos até então cometidos nas relações de trabalho. Além disso, se criou um órgão de amparo social, de maneira inédita no país, SNSS (Sistema Nacional de Serviço Social). De modo a criar controles sobre os movimentos, foram criadas também relação de comando sobre os sindicatos de trabalhadores.

Dornelas-Camara (2013) aponta que neste momento, se deu a primeira formação de um primeiro ímpeto de combate à pobreza vinculado ao governo federal, a LBA (Legião Brasileira de Assistência), com comanda da primeira-dama,

Darcy Vargas, para prover auxílio aos combatentes da Segunda Guerra Mundial, através da doação de cigarros e chocolates. A LBA, posteriormente, tornou-se a principal instituição do estado para o combate à pobreza no país, sob o comando de primeiras-damas, com ação residual. Teve o seu fim somente em 1995, no governo FHC.

Depois, Yazbek (2012) coloca que com o passar do tempo, a situação sofreu grande deterioração, com a ditadura civil-militar. Apoiado pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira, com alinhamento ao capital e, conseqüente, às práticas governamentais voltadas ao desenvolvimento de estratégia econômica de rápido crescimento, ocorreram ataques fortes às condições de vida das classes populares, com retirada de direitos e precarização das relações de trabalho, elevando ainda mais a pobreza no país.

Dito isso, alguns mecanismos de proteção e amparo aos trabalhadores foram criados, embora não sendo suficientes para mitigar os efeitos da política econômica então em voga. Entre estes podem ser citados o FGTS, Pis/Pasep, entre outros programas, relacionadas a proteção de idosos e crianças.

Na década de 1980, com o aprofundamento da crise econômica, a situação de pobreza aumenta de modo significativo, fazendo com que movimentos contestatórios cada vez mais fortes passassem a reivindicar a democratização do país, com a garantia de criação de uma constituição que valorizasse e tivesse em seu conteúdo, proteção à cidadania e aos direitos sociais, com formação de um estado de bem-estar social.

No contexto da ditadura, embora tais ações, de âmbito econômico, tenham possibilitado alguma forma de alívio, no sentido de erradicação à pobreza e da exclusão social, ações significativas na forma de programas sociais não foram criadas. A LBA, segundo Dornelas-Camara (2013), continuou sua atuação, principalmente dando atenção às situações de calamidade pública, de forma pontual.

Yazbek (2012) assinala que o surgimento da constituição, 1988, entretanto, não propiciou de imediato as condições necessárias para a formação de um processo imediato de alívio à situação de pobreza no país. Apesar de ter em seu texto, de maneira explícita, a colocação de programas sociais como dever de estado, ancorados em uma lógica distributiva de pacificação social, as circunstâncias políticas e econômicas nacionais e internacionais não eram

favoráveis para o devido combate à pobreza. Com o fortalecimento global da ideologia neoliberal, a questão social assumiu uma posição de abandono por parte dos governos, preocupados com medidas de ajuste fiscal e de liberalização da economia. Além da ausência de programas sociais, nesse período, uma severa precarização das relações de trabalho assolou o país, de acordo com os interesses empresariais.

Logo após, no Governo Itamar Franco, com a implementação da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), em 1993, protagonizou-se, entretanto, um movimento importante de mudança na implementação dos programas de combate à pobreza, conforme, Dornelas-Camara (2013). Foram reorganizadas as ações estatais em um ministério, o de Bem-Estar Social, permitindo uma melhora na qualidade da intervenção estatal. É necessário destacar a continuidade da LBA, subordinada ao ministério.

O governo FHC, iniciado em 1995, entretanto, acabou por encerrar a LBA e o Ministério do Bem-Estar Social, dando início ao Programa Comunidade Solidária (PCS), no mesmo ano. Sob o comando da primeira-dama, Ruth Cardoso, primeira-dama, o projeto tinha como principal fundamentação a articulação entre organizações privadas e o estado para a implementação de políticas públicas. Conforme crítica de Demo (2001), o programa se tornou um grande artifício para reforço do neoliberalismo no país, reforçando o papel do mercado na sociedade e promovendo o esvaziamento das questões políticas, no que se refere a pobreza. Também, para Demo (2001), o comando da primeira-dama representou a não centralidade do combate à miséria no âmbito de governo, ampliando a prática do primeiro-damismo.

A situação veio a se reverter de modo mais favorável no início dos anos 2000, quando algumas ações esparsas, já no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, passaram a ser realizadas, com caráter de distribuição de renda. Nesse sentido, vemos a ação neoliberal conforme Puello-Socarrás (2012), predominante no governo FHC, de realizar pequenas políticas de alívio à pobreza, visto que a situação social do país se encontrava em situação alarmante. Entre alguns dos exemplos de programas criados nessa época, estão: Bolsa Alimentação, Vale-gás e o Bolsa Escola.

De modo mais amplo, entretanto, o estabelecimento de políticas públicas de combate à pobreza só se deu de forma mais articulada e ampla durante o governo

Lula, com a criação, primeiramente do Programa Fome Zero, logo substituído pelo Programa Bolsa Família.

De acordo com Yazbek (2012), o programa, que atua tanto em âmbito econômico como social, promove as devidas articulações entre os diversos serviços estatais, como saúde, moradia e educação, ao lado de uma política de transferência de renda, articulação capaz de garantir satisfatoriamente um atendimento mais amplo e multidimensional no combate às carências da população. De modo complementar, no que diz respeito a administração dos programas sociais foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fortalecendo a capacidade de executar as mais diversas ações para atacar o problema da miséria.

Entretanto, a colocação de que os programas sociais como sendo possíveis unicamente no sentido de combater a pobreza, merecem ressalvas. Yazbek (2012) afirma que as políticas públicas, de modo geral, devem acima de tudo atender para o estabelecimento de condições emancipatórias dos indivíduos, pois ao se colocarem como meros programas assistencialistas, acabam não sendo capazes de promover a necessária melhora qualitativa da sociedade, sendo que, em um contexto econômico capitalista mais amplo, isso acaba por promover de maneira prolongada a condição de pobreza humana. Assim, cabe ressaltar que o governo federal, tanto com Lula e Dilma, procurou estabelecer alguns avanços nesse sentido, com a formulação de ações como a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), que por sua vez contribuiu para a formação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), procurando efetivar uma capacidade maior de se realizarem projetos mais integrados e multidisciplinares, além do Plano Brasil sem Miséria, lançado em 2011, que promove a ideia da erradicação de pobreza no país, com uma série de medidas também interligadas.

Embora avanços sociais notáveis tenham sido feitos durante esses governos, uma manutenção das práticas neoliberais foi executada. Encontramos conforme Dornelas e Abdala (2015), através de uma análise das teses de Puello-Socarrás (2012), novas formas pelas quais o governo criou mecanismos de manutenção de poder dos mercados no âmbito social. Nesse sentido, os programas sociais, sob o reforço da atuação estatal, assim melhores coordenados, passaram a se desenvolver como motores propulsores da economia, aumentando a renda da população e estimulando o consumo. Também foram significativos os esforços de inserção no mercado de trabalho, como forma de inserção social. Programas como

Pronatec e o Prouni, serviram, através de bolsas, na promoção dessas melhorias, embora se utilizassem de dinheiro público no financiamento de instituições de ensino privadas.

A partir desse contexto, é importante destacar a primeira ação a ser realizada pelo governo Temer no âmbito das políticas públicas de combate à pobreza, o projeto “Criança Feliz”, capitaneado pela primeira dama, Marcela Temer. Este projeto criado por meio de decreto presidencial (Brasil, 2016), institui o Programa Criança Feliz (PCF), que assume como principal objetivo a promoção e o desenvolvimento de crianças, até os seis anos completos, em situação de vulnerabilidade, através de atividades realizadas por assistentes sociais nas famílias. O Programa, também, envolve a atuação das esferas, municipais, estaduais e federal, tendo a possibilidade de parcerias com instituições privadas para sua execução.

4 ELEMENTOS DA FILOSOFIA MARXISTA DA LINGUAGEM PARA COMPREENDER A PRODUÇÃO DO TEMA DA POBREZA

As questões discursivas e ideológicas, dentro do âmbito de estudo sobre a elaboração e a implementação de políticas públicas, em especial àquelas relacionadas ao combate à pobreza, assumem um papel de especial destaque, visto que podem trazer importantes subsídios ao entendimento destas. Nesse sentido, podem ser trazidas à luz as diferentes visões de mundo norteadoras dessas políticas, seu contexto histórico e, acima de tudo, as questões de classe mais amplas que se encontram entranhadas em sua fundamentação.

Ressalta-se que a obra em questão a ser utilizada neste trabalho, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL) se encontra, aqui, sob a autoria de Valentin Volóchinov, embora tenha sido durante a maior parte do tempo atribuído à Bakhtin. Isso se deu pelo fato de ambos serem membros de um grupo de estudiosos, o qual o mais renomado membro seria o próprio Bakhtin (conferindo ao próprio grupo o nome de círculo de Bakhtin), e que possuíam profunda afinidade intelectual, desenvolvendo trabalhos de forma conjunta e estreita. Assim esclarecem sobre a questão, Sobral e Giacomelli (2016)):

Para além dessa questão – e de polêmicas vazias a seu respeito –, é aceito hoje por vários grupos de estudiosos que há um conjunto de concepções comuns nas obras de Bakhtin (um filósofo), Medvedev (um estudioso da literatura) e Volóchinov (um estudioso da linguagem), e que estes partem de interesses e ênfases distintos e se ocupam de distintos objetos a partir de um, por assim dizer, núcleo básico de pensamento que unia os membros do grupo – objeto, como também mostra Sériot, de inúmeras discussões na época e desde então. Algumas vezes Bakhtin permitiu que se pensasse ser ele o autor de obras dos companheiros e outras vezes afirmou que não eram de sua autoria, chegando a apontar, como numa carta a Kozinov, os respectivos autores de MFL e O método formal (p. 159-160).

4.1 MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Como forma de elucidar sobre a relação do marxismo e da filosofia da linguagem, Volóchinov (2017) analisa a necessidade de entendimento acerca da relação de superestrutura e base, no âmbito de estudo da filosofia da linguagem e da ideologia. Argumenta, que dentro do universo das palavras, da enunciação, estão determinados os signos e a ideologia, refletores e refratários da realidade social e

econômica em questão, assim sendo, elementos indicativos para o entendimento das relações sociais em voga. Sobre isso, Volochinóv (2017) acrescenta:

O problema da correlação recíproca entre a base e as superestruturas- que é extremamente complexo e demanda uma enorme quantidade de material prévio para sua elaboração produtiva – pode ser, em grande parte, compreendido justamente no material da palavra. Pois, no plano que nos interessa, a essência desse problema se reduz a como a existência real (a base) determina o signo, e como o signo reflete e refrata a existência em formação. As particularidades da palavra enquanto signo ideológico, que analisamos no capítulo anterior, fazem dela o material mais conveniente para a orientação principal de todo o problema (p. 106).

Isso pode ser explicado pela onipresença da comunicação, do uso das palavras em todas as relações humanas. Com isso tem-se que, nas palavras, existe uma carga ideológica significativa, nelas existindo os elementos constitutivos de uma realidade social momentânea, além de suas transformações vindouras, conforme esclarece, Volochinóv (2017):

Nessa relação, o importante não é tanto a natureza sígnica da palavra, mas a sua onipresença social. Pois a palavra participa literalmente de toda interação e de todo contato entre as pessoas: da colaboração no trabalho, da comunicação ideológica, dos contatos eventuais cotidianos, das relações políticas, etc. Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social. É bastante óbvio que a palavra será o indicador mais sensível das mudanças sociais, sendo que isso ocorre lá onde essas mudanças estão se formando, onde elas ainda não se construíram em sistemas ideológicos organizados. A palavra é o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas daquelas mudanças que ainda não tiveram tempo de alcançar uma nova qualidade ideológica nem de gerar uma forma ideológica acabada. A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam (p. 106).

Exercendo, pois, esse papel elementar e constitutivo da realidade e de sua formação ideológica, é necessário verificar também como os processos verbais se constituem na realidade, ante à questão psicológica. Nesse sentido, Volochinóv demonstra (2017):

A psicologia social não existe em nenhum lugar interior (nas “almas” dos indivíduos que se comunicam), mas inteiramente no exterior: na palavra, no gesto, no ato. Nela, não há nada que não seja expresso, que seja interior: tudo se encontra no exterior, na troca, no material e, acima de tudo, no material da palavra. As relações produtivas e o regime sóciopolítico condicionado diretamente por elas determinam todos os possíveis contatos verbais entre as pessoas, todas as formas e os meios da comunicação

verbal entre elas: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Já as condições, as formas e os tipos de comunicação discursiva, por sua vez determinam tanto as formas quanto os temas dos discursos verbais (p. 107-108).

Reiterada, pois, a necessidade de análise da psicologia social, através de sua manifestação externa, e definindo-a como realização das diversas formas e tipos de interação verbal e comunicativa, existentes em determinados períodos e contextos sociais. Assim, de acordo com Volóchinov (2017), são manifestadas as relações concretas das relações humanas:

Antes de mais nada, a psicologia social é justamente aquele universo de discursos verbais multiformes que abarca todas as formas e todos os tipos de criação ideológica estável: as conversas dos bastidores, a troca de opiniões no teatro, no concerto e em todo o tipo de reuniões públicas, as conversas formais e eventuais, o modo de reagir verbalmente aos acontecimentos da vida e do dia a dia, a maneira verbal interna de estar consciente sobre si mesmo e sobre a sua posição social, etc. Na maioria da vez a psicologia social se realiza nas mais diversas formas de enunciados, sob o modo de pequenos gêneros discursivos, sejam eles internos ou externos, que até o presentes momento não foram estudados em absoluto. Todos esses discursos verbais estão correlacionados, é claro, com outros tipos de manifestação e interação por meio de signos: com a expressão facial, a gesticulação, os atos convencionais e assim por diante. Todas essas formas de interação discursiva estão estreitamente ligadas às condições de dada situação social concreta, e reagem com extrema sensibilidade a todas as oscilações do meio social. É justamente nas profundezas dessa psicologia social materializada na palavra que são acumuladas aquelas mudanças e alterações pouco perceptíveis que depois encontram sua expressão em produtos ideológicos acabados (p. 107-108).

É necessário, dessa forma, entender que estudo através de questões internas a consciência é ineficaz para análise da psicologia social. O ponto fundamental é verificar as questões sociais, pois nelas é que se materializa o fenômeno ideológico, representado por palavras. Reforça-se a ideia de elementaridade do tema na construção de formas de comunicação discursiva, onde as relações de classe e hierarquia social participam ativamente desse processo. Volóchinov (2017) preconiza que:

Cada época e cada grupo social possui seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana. Cada grupo de formas homogêneas, ou seja, cada gênero discursivo cotidiano, possui seu próprio conjunto de temas. Existe uma unidade ininterrupta e orgânica entre a formas da comunicação (por exemplo, a comunicação direta e técnica no trabalho), a forma do enunciado (uma réplica curta relacionada ao trabalho) e o seu tema. Portanto, a classificação das formas do enunciado deve apoiar-se na classificação das formas de comunicação discursiva. Já essas

formas são inteiramente determinadas pelas relações de trabalho e pelo regime sóciopolítico. Em uma análise mais detalhada, veríamos a enorme importância do aspecto hierárquico nos processos de interação discursiva e influência poderosa da organização hierárquica da comunicação nas formas do enunciado. A etiqueta verbal, o tato discursivo e as demais formas de adaptação do enunciado à organização hierárquica da sociedade possuem um significado importantíssimo no processo de elaboração dos principais gêneros cotidianos (p. 109).

Assim, dentro do processo de formação dos signos, também, existe profunda interrelação com as condições materiais e concretas, como a forma de organização social, para sua determinação e existência. Assim mudanças nas relações concretas dentro das relações sociais, produzem mudanças nas determinações sígnicas. Volóchinov (2017) expressa isso da seguinte forma:

Como sabemos, todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação. Portanto, as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo. Acompanhar a vida social do signo verbal deve ser uma das tarefas da ciência das ideologias. Apenas sob essa abordagem o problema da inter-relação entre o signo e a existência pode adquirir uma expressão concreta, e apenas nessa condição o processo da determinação causal do signo pela existência aparecerá como o processo da verdadeira transformação da existência em signo, da autêntica refração dialética da existência no signo (p. 109-110).

Conforme, portanto, as determinações concretas e materiais para a formação do signo, Volóchinov (2017) coloca três prerrogativas para uma análise da questão:

1. Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo (ao inseri-la na “consciência” ou em outros campos instáveis e imprecisos).
2. Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social (pois o signo é uma parte da comunicação social organizada e não existe, como tal, fora dela, pois se tornaria um simples objeto físico).
3. Não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material (p.110).

Volóchinov (2017), por fim, coloca que o ser se refrata e se reflete no signo, sendo o processo de refração proveniente dos conflitos de classe, dentro de uma

comunidade semiótica. Graças esse conflito, a luta de classes, índices de valor contraditórios entram em colisão. Nesse sentido, o poder refratário dos signos ideológicos é de fundamental papel dentro deste processo. São capazes de distorcer a realidade da vida em sociedade, mascarando-a, como elemento reacionário que

4.2 CONSTRUÇÃO DE SIGNOS E SÍMBOLOS

Volóchinov (2017) apresenta a premissa de que todos os produtos ideológicos existem na realidade material, social e natural, embora, refletem e refratam uma realidade externa a esta, assim, estando fora de si próprios e possuindo um significado. Sobre os produtos ideológicos, é possível dizer que venham a se constituir no universo dos signos. Todos os corpos físicos não possuem significado, coincidem com sua natureza. Conforme Volochinóv (2017):

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social - seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo - mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora de seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. Onde não há signo também não há ideologia. Pode-se dizer que um corpo físico equivale a si próprio: ele não significa nada e coincide inteiramente com sua realidade única e natural. Nesse caso, não temos como falar de ideologia (p. 91-92).

Dessa forma, de acordo com Volochinóv (2017), uma imagem artística-simbólica, retratando um corpo físico, por exemplo, passa a ser ideológica. O corpo passa a ser signo, representando tanto uma realidade material, como outra realidade. Exemplificando: uma ferramenta, por si só, traz consigo a sua própria representação, mediante sua natureza material. Entretanto ela pode ser transformada em signo ideológico, ao figurar como emblema de alguma bandeira, ser colocada como objeto divino e servindo se símbolo para alguma organização. Toda ferramenta (material) pode ser representada como ideologia, embora por si só ela não seja um signo, necessariamente. Uma ferramenta pode receber uma ornamentação e um desenho artístico, criando uma aproximação entre o signo e a ferramenta (material), apesar de continuarem ambos separados. Quaisquer produtos podem receber um signo, como os alimentos. O pão e vinho, por exemplo, podem possuir um significado sagrado a determinada religião, embora sozinhos,

desprovidos de carga sígnica sejam alimento. Em todas as questões materiais, existe a possibilidade de criação de signos particulares, formando um universo distinto. Dessa forma elas podem assumir significados que extrapolam suas materialidades.

Assim, de acordo com Volóchinov (2017), signos, refletindo e refratando outras realidades são abstrações e reproduzir fidedignamente a realidade material, gerar omissões, distorções e mentiras puras. Ainda, podem ser interpretados por domínio ideológico, através de sua valoração (bom, mal, feio, bonito). São mutuamente correspondentes, a ideologia e o signo. Toda forma de ideologia possui valor semiótico. No domínio dos signos, na ideologia, podem existir diferenças profundas. Religiões, sistemas jurídicos e formulações científicas, possuindo orientações e ordenações sociais diferentes, acabam por refletir e refratar a realidade à sua própria maneira. O que une tais campos sob uma definição geral, por fim, seria seu caráter terminantemente semiótico. Signos, além de representações de outra realidade, são um aspecto fragmentário da realidade material, assumindo cores, sons e aspectos de materialidade, podendo, portanto, ser estudados objetivamente.

4.3 IDEOLOGIA, SIGNOS E PRODUÇÃO IDEOLÓGICA

Volóchinov (2017) traz a ideia de que as correntes até então mais preconizadas, dentro da filosofia da linguagem, o psicologismo e o idealismo são errôneas por situar todo o processo de formação e da compreensão ideológica dentro da consciência, em uma realidade interna. A ideologia se manifesta pela relação entre signos, de origem externa e histórico-social, que permeiam o âmbito social e a interação entre consciências, de forma continuada e perpétua.

Volóchinov (2017) acentua, assim, que a ideologia está baseada em um universo de signos formados pelas relações sociais existentes, na sua comunicação. Isso se dá, é claro, dentro de um mesmo grupo social, pois somente dentro dessa coesão, é possível a formação de um sistema de signos. Assim, pela natureza externa da formação ideológica, a consciência individual só pode ser explicada de tal maneira, socialmente. A consciência é, nesse sentido, estruturada pela ideologia, pela semiótica de um grupo social. O signo ideológico, apesar de ser um reflexo da

realidade gerador de outra realidade, assume condição material, através da ação humana. Signos são fenômenos do mundo exterior.

Dessa forma, de acordo com Volóchinov (2017), é formação de signos (ideologias) na consciência. De modo circular e em cadeia, ideologias se formam na relação de consciência individual com o mundo externo (natural e social), composto de outras consciências. Assim, uma consciência individual forma ideologia a partir de sua relação com o mundo, como também contribui para a formação de signos externos a sua consciência. A formação subsequente de novas ideologias está totalmente baseada em ideologias formadas anteriormente. A ideologia, por ocorrer nesse processo de trocas com o mundo, só pode ser verificada em sua existência material e social.

De acordo com Volóchinov (2017), a consciência é verificável, pois, em um plano sociológico (A sociedade, evidentemente, é também uma parte da natureza, mas uma parte que é qualitativamente distinta e separada dela e que possui seu próprio sistema de leis específicas). A ideologia, com seu caráter comunicativo e interacional também se dá em um plano social, respeitando suas leis de funcionamento.

As palavras, por fim, surgem como elemento determinante para a compreensão do processo de relação entre consciências e de formação ideológica. É através delas que a homem captura e dá significados a todas as coisas materiais. São elas que atribuem sentido superior aos processos de comunicação humana. Elas estão presentes em todos os atos de compreensão e interpretação da consciência humana e assim, se constituem como principal objeto revelador da ideologia.

O uso da palavra também está ligado a questão social. Nesse sentido, é possível dizer que a representação dos diferentes fenômenos sociais se dá através das palavras, assumindo papel importante para uma análise marxista. Volóchinov (2017) argumenta que:

Sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias. As leis da refração ideológica da existência em signos e em consciência, suas formas e seus mecanismos, devem ser estudados, antes de mais nada, a partir desse material que é a palavra. A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista

dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas “imanes” consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo (p.101-102).

4.4 ENUNCIÇÃO

Volóchinov (2017) traça uma visão acerca do fenômeno da enunciação, ou o ato individual de fala, na maneira como ele se constitui e se desenvolve. Nesse sentido, é mostrada a natureza eminentemente social da enunciação, advinda de um processo dialógico e constituída ao longo de um processo contínuo de interações entre os indivíduos, dentro de um contexto social histórico e envolto por suas relações produtivas e de classe. A enunciação segue, pois, a ideia de primazia do fator social dentro da comunicação como um todo e, com isso, tem sua estrutura e estilo definidos pelo horizonte social em questão. Dado o seu dialogismo, é definida de acordo com o enunciado proferido por cada indivíduo, orientado por uma resposta, em um processo de interação que tem uma alternância contínua. De acordo com Volóchinov (2017), essa visão traz importantes respostas aos problemas de análise sintática, que constituem os elementos mais concretos da enunciação. O enunciado é assumido como ponto necessário de análise da comunicação.

4.5 TEMA E SIGNIFICAÇÃO

De acordo com Volóchinov (2017), todo signo linguístico e ideológico é resultado do horizonte social, em determinada época, no qual ele está inserido, havendo nisso, obediência às divisões sociais do trabalho, constituinte das classes, nas quais eles são produzidos. Assim, todo signo possui um determinado valor social reconhecido em uma determinada época, à medida que determinados objetos, aos quais se referem estes signos, passam a ser valorizados.

Essa valorização de um objeto não é dada de maneira trivial, pois para que mesmo esteja vinculado ao horizonte social de determinado grupo social, ligado a um devido processo ideológico, este mesmo objeto necessita estar relacionado às condições socioeconômicas do mesmo grupo. O signo, em seu caráter eminentemente social, é ligado diretamente a um tema, ou seja, a realidade que

permite a sua formação. Cada expressão verbal possui um tema. Os temas, por sua vez, possuem um índice de valor social, que apesar de sua natureza externa e social, na consciência, este se processa como sendo índice de valor individual. Os temas e as formas dos signos são indissolúveis, pois têm a mesma origem socioeconômica.

Segundo Volóchinov (2017), a significação se apresenta como sendo um dos conceitos mais complexos dentro do estudo da linguística. Primeiramente, coloca-se a questão do sentido na enunciação, de sua significação unitária, como propriedade que pertence a cada enunciação como um todo. Este sentido único, o “tema” existe com unicidade, de forma similar à própria enunciação. Ele é expressão do momento histórico que deu origem a enunciação. Assim, toda enunciação, em diferentes momentos históricos, possui um sentido diferente.

É possível dizer, portanto, que o tema não é definido apenas pelo uso das palavras, da morfologia e sintaxe dentro de um enunciado, mas corresponde a toda a realidade concreta onde este é realizado, com seus fatores não verbais. Assim sendo, existe além do próprio tema, dentro do âmbito da enunciação, a questão da significação. Esta se diferencia precisamente do tema, ao representar as partes idênticas nas repetições das enunciações. Como elemento abstrato, a significação não pode existir de modo independente, embora seja indissociável dentro da enunciação. Ela é composta pelo conjunto dos elementos linguísticos da enunciação e a significação de cada uma das palavras dentro da enunciação.

Volóchinov (2017) caracteriza o tema como sendo um fenômeno de natureza complexa, ligado às questões dinâmicas, adaptando-se a estas. A significação é o processo técnico para a realização do tema. Ambos surgem de maneira interligada, sem uma fronteira bem definida entre ambos.

A determinação de um signo, em um sentido mais amplo, só é dada pela multiplicidade de significações possíveis. As significações encontram estabilidade na medida que determinados temas, dentro de uma comunidade, se tornam corriqueiros. A significação ao tornar-se possível somente dentro de uma enunciação completa, portanto, estando intrinsecamente a um tema, não pode se separar deste, logicamente. A significação é sujeita ao tema, em um nível inferior da capacidade de significar, o tema, por sua vez, seria sua capacidade superior, determinante. A análise dos elementos linguísticos pode, portanto se orientar nesses dois níveis distintos.

O fenômeno da compreensão é importante para explicar essa relação, de acordo com Volóchinov (2017). A compreensão surge de forma ativa para a formação de sentidos, dentro de uma situação social de comunicação, ambas as partes traçam um processo de compreensão ampla acerca do contexto em questão, envolvido no enunciado. A compreensão é um fenômeno necessariamente dialógico. Tem-se dentro desse processo dialógico a construção da significação em cada palavra, não sendo carregada de uma significação inerente.

Outra parte indiscutivelmente ligada à significação é a apreciação, elemento constituinte das palavras, através do acento apreciativo. O nível mais visível dessa questão se encontra na entoação expressiva. A entoação pode se encontrar nas mais variadas esferas de comunicação social, não necessitando de um suporte concreto complexo. Também, as entoações podem estar vazias de qualquer significado mais amplo, na medida em que agem como interjeição. Isso ilustra um fato de que um tema pode estar expresso sem um processo de articulação gramatical ou de significação das palavras.

Volóchinov (2017) acrescenta que o processo de apreciação, em um sentido mais amplo possui importância para a formação dos elementos, dentro de um enunciado, mais carregados de sentido. A apreciação, logo, encontra-se em todos os elementos da enunciação, orientando-a. A alteração da significação das palavras ao longo do tempo e, dentro de um determinado grupo de social, é dada pelo processo de apreciação. Isso não é desvinculado do caráter social inerente à apreciação, esta, liga-se de modo direto a, por exemplo, evolução dos sistemas econômicos e produtivos vigentes em cada período da história. Na medida em que as necessidades humanas se alteram, progressivamente, os horizontes apreciativos se alteram, alargando-se. Elementos novos na língua entram em conflito com os anteriores, advindos de horizontes passados, levando a alteração e à evolução na linguagem. Essa relação dialética é que caracteriza as transformações na língua, que se reconstrói continuamente, tornando provisória toda forma de significação.

4.6 O DISCURSO ALHEIO

Volóchinov (2017) apresenta a importância da análise do discurso alheio como elemento constitutivo dos enunciados, servindo. Essa forma discursiva existe como um enunciado dentro de um enunciado e como um enunciado sobre um

enunciado. Dessa forma, o discurso alheio segue como sendo um discurso inserido dentro de outro, mantendo um caráter temático e autoral de forma independente do discurso autoral sob a qual foi inserido, embora ambos existam dentro de uma unidade textual, relacionando-se. O diálogo, como unidade real da linguagem, apresenta uma necessidade real de ter sua compreensão feita também pela ótica de como são colocados os discursos alheios, representando a maneira como são compreendidos pela consciência. As inserções de diferentes formas de transmissão do discurso alheio são, ao longo da história, variáveis, e se relacionam com o contexto socioeconômico. Conforme Volóchinov (2017):

A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto, ou seja, do discurso verbal concreto. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se repleta de forças vivas e, portanto, real. As condições da comunicação discursiva, as suas formas e os meios de diferenciação são determinados pelas premissas socioeconômicas da época. São essas condições mutáveis da comunicação sócio discursiva que determinam as alterações das formas de transmissão do discurso alheio analisadas por nós. Além disso, parece-nos que, nessas formas em que a própria língua percebe a palavra alheia e a individualidade falante, expressam-se de modo mais proeminente e saliente os tipos de comunicação sócioideológica que se alternam na história (p. 262).

O discurso alheio, guiado por sua inter-relação dinâmica com o discurso autoral, é fortemente guiado por duas tendências de transmissão gerais, norteadoras dessas variações. A primeira tendência, o estilo linear de transmissão do discurso alheio, é caracterizada como sendo aquela em que ficam bem delineados, na relação entre os discursos autoral e alheio, os transmissores de cada um dos discursos, de forma a reforçar a posição autoral de cada um destes. O tipo de discurso predominante é o direto despersonalizado. Por sua vez, a segunda tendência, o estilo pictórico, trabalha com o enfraquecimento das fronteiras entre o enunciado alheio e o autoral, em que um assume características do outro. Diversas tipologias surgem a partir desta tendência, principal, o discurso indireto livre.

A partir da apresentação destas duas tendências, Volóchinov (2017) analisa a influência de ambas para a construção dos modelos do discurso alheio, nomeadamente, discurso direto, indireto e indireto livre, além das modificações presentes dentro de cada. Dentro do discurso indireto, essas modificações existem, sobretudo, através da transmissão analítica do discurso alheio, no envolvimento de questões de cunho emocional. Isso leva a uma limitação do mesmo, que deve

sempre tratar e se preparar analiticamente em relação ao discurso alheio, agindo por intermediações e de forma limitada. O discurso indireto deve ser também, dentro de suas limitações, pensado de acordo com o enfoque existente no enunciado, em sua característica retórica, literária ou tecnicista. Duas tipologias existem para o processo de modificação do discurso indireto: a analítica-objetual, voltada à reprodução do enunciado alheio com autoralidade bem definida, e a analítica-verbal, que reproduz questões emocionais, com difícil determinação autoral.

O discurso direto, reproduzidor do enunciado alheio, possui três modificações, onde os contextos autorais se misturam. São, nomeadamente: o discurso direto preparado, onde o uso de expressões, no âmbito autoral, prepara a inserção do enunciado alheio. A modificação do discurso direto reificado se constrói sobre as caracterizações do personagem do discurso alheio. As modificações do discurso direto significado e retórico, colocam a entonação autoral como interferência no discurso alheio, fazendo este assumir o sentido do primeiro.

O discurso indireto livre, advindo do processo de interferência discursiva (que ocorre principalmente dentro do discurso indireto), como mistura definitiva entre dois discursos, assumindo, por fim, o processo definitivo de inter-relação entre estes, tornando pouco claras as linhas de autoralidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, tem-se como objetivo fazer uma apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração da pesquisa realizada neste trabalho.

Dessa forma, visando responder à pergunta de pesquisa, “De que maneira o tema da pobreza é construído nos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas, desde o golpe de 1964?”, será estruturado um procedimento de análise desses discursos, seguindo elementos fornecidos pela obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem (MFL)*, de Volóchinov (2017), capazes de fornecer maiores subsídios para o entendimento da questão.

Assim sendo, são consideradas como diretrizes balizadoras do procedimento de análise as seguintes: uso do discurso alheio, com suas modificações; breve descrição do contexto socioeconômico de cada período histórico referente ao discurso a ser analisado, o tema do discurso; a forma da enunciação, ou seja a ocasião e a plateia a quem é dirigido o discurso e o tipo de discurso proferido (gênero textual); a quem ou a quem o discurso responde, incluindo posicionamentos de governos passados, recomendações de órgãos internacionais; quais elementos significação se fazem mais evidentes, além da tentativa de produção de consenso e de conciliação de classe. Ao longo da análise estes elementos são destacados em negrito.

Assim, de modo sintético, foram observados os seguintes elementos na composição do tema da pobreza nos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas no período (1964-2017):

Quadro 1 – Quadro-resumo das categorias de análise

Categorias	Descrição
Enunciação	
Tema	
Produção/Reconhecimento Social	
Significação	
Discurso Alheio	

São objetos de estudo, por sua vez, seis discursos presidenciais e um artigo produzido pela primeira-dama Ruth Cardoso, encontrados anexos. Foram

analisados cronologicamente, evidenciando uma trajetória histórica. O material utilizado contém importantes subsídios que demonstram a forma como a pobreza era encarada durante os diferentes governos. Os discursos da era PT e do governo Temer são os discursos inaugurais dos principais programas sociais de cada governo. O material da era FHC, que contém tanto um discurso do presidente, como um artigo da primeira-dama Ruth Cardoso, não é em caráter inaugural. Entretanto, dentro dos dois textos, estão bastante evidenciadas ideias políticas norteadoras do Programa Comunidade Solidária, executado e elaborado pela primeira-dama, e que obteve a proeminência durante esse governo.

6 ANÁLISE DOS DISCURSOS DE PRESIDENTES DO BRASIL SOBRE A POBREZA

Os discursos presidenciais representam uma fonte de interlocução entre os governos e a sociedade, evidenciando importantes elementos para a compreensão de como são os processos de elaboração das políticas públicas e qual é a compreensão, por parte do governante, acerca do tema sob o qual elas são inseridas.

Para tentar compreender o tema da pobreza e o posicionamento dos governos acerca dela, procuramos, neste capítulo, analisar os diferentes discursos presidenciais.

6.1 DISCURSO DE CASTELO BRANCO EM 6 DE JUNHO DE 1964, NA HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DE PERNAMBUCO.

RECIFE, 6 DE JUNHO DE 1964
NA HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DE PERNAMBUCO.

Constitui não somente uma satisfação, mas também um estímulo podermos verificar que, decorrido breve espaço de tempo após os angustiosos dias vividos pelos pernambucanos, já é possível reunir homens das mais variadas atividades e condições. Na realidade, homens de empresa e operários, livres de qualquer temor ou ressentimento, aqui se congregam neste agradável convívio com que homenageeis o Presidente da República.

O fato é tanto mais expressivo quando, graças a um pernicioso e malévolos incitamento à luta de classes, artificialmente promovido e fomentado pelo próprio Governo do Estado, Pernambuco acaba de sair de um duro período de experiência, que muito custou ao seu erário, à sua economia e também à pobreza de muitos dos seus filhos. Em má hora, instalara-se aqui uma administração que, havendo colocado em plano secundário os graves problemas que assoberbam os vários departamentos da vida do Estado, mostrou-se muito mais empenhada em subverter do que em dar adequada solução àquelas questões. Na realidade fez-se o arauto de acirrada luta de classes, que mais contribuía para um progressivo empobrecimento, e não oferecia nenhuma perspectiva de melhoria para as duras condições de vida das populações nordestinas. Fomentou-se, inclusive pela omissão, um clima de aberta hostilidade à propriedade privada, que foi abandonada aos azares das disputas demogógicas e também aos seus próprios erros, alguns deles seculares. Isso ao mesmo tempo em que se fazia do trabalhador desamparado e iludido mero instrumento dos planos de agitação, facilmente difundidos entre uma população batida por desumanas condições de vida.

O resultado, porém, de semelhante conduta, impatriótica e anticristã, foi o magnífico movimento de opinião, que uniu civis e militares numa esplêndida jornada em defesa da liberdade ameaçada. Resultado que, em verdade, somente surpreendeu aos empresários da subversão, infelizmente cegos às imensas reservas de fé que apoiavam as instituições democráticas.

Mas, se está provado que o problema social e econômico do Brasil não se resolve por aqueles métodos a serviço da subversão, não é menos certo que ele nos desafia na busca de alguma solução capaz de corrigir as desigualdades entre os que têm muito e os que nada possuem.

A própria classe média brasileira tem sido submetida a um progressivo sistema de empobrecimento, que ainda mais agrava os nossos problemas sociais. Em verdade, na medida em que se pretenda reintegrar o Brasil nas suas raízes culturais e históricas, como membro da comunidade dos povos ocidentais, ter-se-á de amparar a classe média, que o exemplo de outras nações mostra ser importante suporte de uma comunidade democrática em harmonioso desenvolvimento. Aliás, não menos importante na estruturação de uma sociedade onde sejam cada vez menores os motivos de atritos e ressentimentos, é o conjunto de medidas, que vão desde o justo

salário até ao acesso; à educação e à saúde, e destinadas a elevar gradativamente o trabalhador. Quando cuida, por exemplo, do Plano Habitacional ou da Reforma Agrária, diplomas de largo alcance social, não tem o Governo outro objetivo senão o de propiciar a amplos setores da população, sobretudo os menos favorecidos, melhores condições de vida.

Por isso mesmo a orientação traçada para a Reforma Agrária não foi a de promover indiscriminado acesso à terra, que, sem o necessário apoio em providências técnicas e financeiras, seria um instrumento demagógico, e nunca uma oportunidade para a prosperidade do trabalhador. Até porque um exagerado fracionamento da terra prejudicaria qualquer política destinada a aumentar a produção e a produtividade, como está a reclamar o nosso vertiginoso crescimento populacional. Se deve ser elemento da justiça social, a Reforma Agrária precisará também atender às exigências de uma crescente produção de alimentos, bem como à criação de perspectiva para novos empregos para a juventude dos campos.

Precisamos encontrar soluções que nos dêem a segurança de estarmos construindo a justiça social sobre bases sólidas, que afastem das populações brasileiras o espectro da miséria, compreensivelmente propícia à disseminação das mais estranhas ideologias. E, para as encontrar, não deveremos perder de vista que a riqueza é, ao mesmo tempo, o fruto do capital empregado, da insubstituível direção a cargo dos empresários e do labor do operário, que nela tem e terá o seu quinhão. Assim, a nova estrutura brasileira deverá assentar na justiça social, em benefício da paz e do bem-estar geral de que nos fala a própria Constituição.

Esta reunião é viva demonstração de que esses ideais animam tanto ao Governo quanto aos homens empenhados na batalha da produção, seja como empresários, seja como operários, ideais que decorrem da consciência nacional, que há muito reclama o efetivo emprego de novos processos, que tenham como conseqüência, inclusive, o desaparecimento dos expedientes da demagogia, do suborno e de qualquer forma de enriquecimento ilícito ou socialmente injustificável.

Pernambuco não faltaria a essa convocação. Até porque, nestas horas iniciais, a Revolução tem muito a pedir e muito pouco a dar. Mas, para quem conhece o entusiasmo, o garbo com que os pernambucanos sempre se dispuseram a participar de todos os movimentos de redenção nacional, tal motivo, se alguma influência tivesse de exercer, seria certamente no sentido de mais integrar Pernambuco nos ideais e propósitos da Revolução. Fiéis aos sentimentos de liberdade, bem sabeis que a definitiva conquista da emancipação do homem pressupõe a abolição de qualquer jugo econômico. Nem se pode considerar no pleno gozo dos seus direitos políticos o cidadão ao qual não se assegure um mínimo de requisitos inseparáveis da dignidade humana. Nascestes assim — não é de crer que possais desmentir o vosso passado.

Ao pensamento católico caberá, certamente, tão visado foi este Estado pela pregação materialista — papel de relevo no demonstrar, através dos seus legítimos representantes, que o conceito de dignidade humana é inseparável da idéia de liberdade. Do mesmo modo que lhe tocará, pela voz dos seus sacerdotes, mitigar os excessos dos poderosos, ou orientar os menos favorecidos pela fortuna, mostrando a estes que a ascensão social não se deverá realizar com o sacrifício da liberdade. Fazendo-o, prestará a Igreja, de presença tão marcante na vida brasileira, assinalado serviço aos ideais da cristandade, que em verdade se confundem com os do Governo, nesta fase de recuperação nacional. Na realidade, nada mais queremos do que preservar do melhor modo os valores da nossa civilização, desgraçadamente ameaçada pela avalanche dos ressentimentos, das ambições e do materialismo anticristão. Como vós, acreditamos nos valores imortais de espírito, e não temos dúvida de que, libertada dos equívocos, das opressões e das mentiras, que eram as armas até então cravadas no coração dos pernambucanos, será a vossa terra, como é hoje, uma invencível trincheira, em cujos cimos continuará a tremular a mesma bandeira, que nenhuma outra poderá substituir.

Ao agradecer, pois, esta homenagem, que assinalarei entre as mais gratas dentre as numerosas manifestações com que Pernambuco me tem cativado, quero, ainda uma vez, vos convocar para que, identificados em volta do mesmo ideal de justiça social, possamos construir uma nacionalidade que mereça o reconhecimento das gerações futuras.

O primeiro discurso analisado tem a construção de seu **tema** compreendida no contexto do início da ditadura militar que se instalou no país em 1964; aproximadamente três meses após o golpe de estado que depôs João Goulart, foi proferido por Castello Branco em Pernambuco, em um evento em sua homenagem.

Em momento de intensa agitação nacional, onde diferentes forças políticas estavam entrando em embate, existia, nesse discurso, um intuito de enaltecer a deposição do ex-presidente e criar um sentimento de unidade classes e seus interesses, de profunda harmonia, entre elas. Isso é bastante evidente no trecho em que se faz o direcionamento ao público, citando na formação deste, como as “classes produtoras”, um contingente de empresários e operários, criando dentro da **enunciação** (discurso retórico) elementos de formação de **consenso**. Sobre a questão fundamental da pobreza, narra-se, de forma a traçar-se uma crítica ao governo anterior, sobre um terrível processo de pauperização que supostamente acometera a população, em decorrência do suposto acirramento da “luta de classes” e de propostas “subversivas” que, de acordo com Castelo Branco, sabotaram a economia e manipularam os trabalhadores, criando graves problemas para a atuação estatal. Assim, é colocada a necessidade de enfrentamento da pobreza pela construção de novas alternativas, dada a fertilidade que esta dá a processos de questionamento e de lutas sociais. Assentam-se, como base para isso, medidas que não impliquem em lançar oposição a questões conservadoras e tradicionais como a propriedade privada, a família, o apaziguamento social e a coalizão de classes visando o **consenso**.

São fundamentais, portanto, ações de Estado que garantam incremento salarial e possibilidades de crescimento, gerando o fortalecimento da economia de mercado, espantando os fantasmas gerados pela miséria supostamente fortalecida no Governo Jango. Nesse discurso, são colocados como valores a serem defendidos, de forma dogmática, a fé cristã, a “liberdade”, a pátria, e a democracia, indissociáveis de uma sociedade de mercado, que através do emprego do capital privado, é propulsora do enriquecimento nacional.

A questão da terra, por exemplo, assenta-se na perspectiva do uso da mesma, não por bases distributivas e voltadas para o desenvolvimento equânime da sociedade, mas para uma ideia de “reforma agrária” que atenda aos interesses de mercado e de expansão da produtividade.

Aliada a defesa da harmonia social entre classes, como indispensável para o progresso, coloca-se, de forma a produzir um ataque moral às esquerdas, a ideia de que estas, e seu posicionamento político coletivista, são, na verdade, fruto de manipulação dos trabalhadores por indivíduos que operam contra a nação e a fé cristã, em sua defesa do materialismo.

Assim, através de elementos religiosos e de defesa da propriedade privada, como forma de liberdade, se forma o principal processo de **significação** dentro do discurso.

A pobreza, portanto, encontra significado dentro do discurso como elemento de crítica ao governo anterior. Sua causa estaria atrelada às críticas à propriedade privada e à iniciativa empresarial, que seriam fatores essenciais para a geração de riqueza. A luta de classes, como processo de antagonismo social seria, portanto, geradora da miséria.

Interessantemente, **discursos alheios** não se fazem presentes dentro da profusão deste enunciado.

Por fim, é possível dizer que este discurso se apresenta como resposta ao que era propugnado e defendido pelo governo deposto, firmando uma posição dura contra o socialismo. Apesar de não negar o problema da pobreza, profundamente arraigado na sociedade brasileira, coloca-o como efeito das políticas anteriores, de esquerda. Nesse sentido, de maneira contraditória, defende-se a manutenção de instituições conservadoras, de longa existência no país, como forma de aliviar e atenuar os problemas causados pelo empobrecimento, promovendo-se a defesa do capitalismo, através de maior incremento de harmonia de classes, com atuação estatal garantindo isso.

6.2 PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY NO DATA DE 30 DE ABRIL DE 1985, EM CADEIA NACIONAL E TELEVISÃO POR OCASIÃO DO ANÚNCIO DO NOVO SALÁRIO MÍNIMO

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, POR OCASIÃO DO ANÚNCIO DO NOVO VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO

Nesta data, véspera de 1 de Maio, dia símbolo do Trabalho, afirmo à Nação que somente um esforço conjugado entre Povo e Governo poderá vencer os grandes desafios que enfrentamos.

As circunstâncias associaram a urgência à necessidade, para tornar mais dramático o quadro de problemas em que nos movemos. Meu trabalho terá de ser sempre parte do trabalho geral com que haveremos de fundar o verdadeiro poder de transformação deste País e de nossa sociedade. É desse modo que entendo a milagrosa conjugação de vontades e de sentimentos que marcou, sob a enorme e generosa liderança de Tancredo Neves, a abertura de um rumo comum para a conciliação da família brasileira. Uma conciliação e esperança que não podem ser fraudadas.

Acabo de assinar o decreto dobrando o valor do salário-mínimo. E o início de uma política de reposição gradativa de perdas salariais. É o resgate de uma dívida que não pode ser paga de uma vez só. Terá de ser em etapas, de modo a não permitir uma explosão inflacionária, o que seria uma burla das nossas intenções. Nada mais confiscatório, mais corrosivo do salário do trabalhador do que a inflação. Assim, não se veja nos índices agora fixados um abandono desse objetivo, mas uma posição coerente em favor dos pobres.

Igual tratamento para todas as categorias salariais tornaria inviável uma política em favor dos que mais precisam, dos que passam fome, dos que convivem com a miséria, com a necessidade. O combate à pobreza exige dar prioridade aos mais pobres, isto é, aos que ganham apenas salário-mínimo. Muitas são as nossas dívidas. Nenhuma maior do que a dívida do País com o seu povo. Dívida para com os que trabalham, dívida maior ainda com os desempregados, privados de qualquer salário e da dignidade humana.

Seguirei uma política que ofereça trabalho para os que estão sem trabalho. Uma política que possibilite a criação de novos empregos. Uma sociedade democrática, pluralista e aberta tem suas energias criativas na convivência, na liberdade. Capital e trabalho juntos na construção de melhores condições de vida.

Assim, não se pode conceber nem tolerar que as relações de trabalho sejam marcadas pela violência. A violência mancha e conspurca a reivindicação justa. E igualmente inaceitável quando exercida pelo poder público. A negociação, neste Dia do Trabalho, seja o caminho da solução dos conflitos salariais.

O progresso não é obra de ninguém isoladamente. É obra de todos. Ele começa dentro de cada um de nós. É para essa visão conjunta que eu concito a Nação neste dia.

O Presidente se compromete a ser o trabalhador indormido, severo, simples, disposto a todos os sacrifícios, na defesa do País e da soberania nacional.

O discurso (**enunciação**) proferido por José Sarney acerca do dia do trabalhador representa um ponto interessante de análise. Transmitido em rede nacional de rádio e televisão, objetivando atingir um amplo contingente da população brasileira, em tom propagandístico, conclamando unidade nacional

Isso porque a situação do país, **tema** deste discurso, de transição à democracia, vinha sendo marcada por grande tensão popular, com fortalecimento da politização na sociedade. Nesse sentido, de forma a buscar essa ideia de **consenso**

nacional, faz-se uma tentativa de conciliação de classes, onde são antagonizadas as formas violentas de obtenção de direitos, especialmente trabalhistas, sendo defendido o processo de negociação e de protesto pacífico.

Pode ser considerada como elemento de significação, a utilização da palavra democracia, simbolizada pelo “não conflito entre classes” e pelo esforço de negociação.

A busca para o problema da pobreza segue, portanto, sendo de via econômica, com garantia, aos trabalhadores, de recebimento de um salário justo. A dignidade humana, dentro do discurso, é marcada pela disponibilização de emprego, criada pelo bom relacionamento entre Capital, Estado e Trabalho. Através desse processo, se constitui a sociedade verdadeiramente democrática, conforme o discurso.

Outro viés economicista da relação do combate à pobreza está na defesa da cautela, por parte do governo, no impulso de promover aumento salarial, justificada pelo argumento inflacionário.

Sendo um discurso breve, amplamente transmitido, possui forte autoridade, com ausência de **discursos alheios**.

6.3 DISCURSO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO FHC E TEXTO DE RUTH CARDOSO ACERCA DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Palácio do Planalto, 9 de Dezembro de 1996,

Senhora Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária; Senhor Ministro de Estado da Justiça; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente da Federação Nacional das Apaes, Deputado Eduardo Barbosa; Senhores Empresários que apoiam o programa, Dr. Jorge Gerdau, especialmente o Dr. Nelson Sirotsky; Senhor Presidente da Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, Eduardo Carvalho Tess; Senhoras e Senhores;

Mais uma vez, estamos mostrando aqui, de maneira simples, direta e prática, que os problemas, no Brasil, só serão enfrentados de forma efetiva se houver um conceito muito claro e uma motivação muito clara no sentido de uma parceria que envolva o Governo, certamente, mas que se desdobre na sociedade através da ação dos empresários e, também, através da possibilidade de aproveitarmos as oportunidades que existem no mundo contemporâneo para financiamento mais adequado de alguns programas que têm impacto social e não serão diretamente coordenados pelo Governo. Isso é que é o novo, a forma pela qual estamos atuando nessa área.

Eu me recordo de que, no início do Governo, muita tinta foi derramada sobre o Programa Comunidade Solidária e até imaginavam que ele fosse ter recursos orçamentários, que fosse um instrumento para ação política. As pessoas costumam a sair do passado, algumas até gostam de ficar no passado; então, repetem o que não é verdadeiro para que se dê a impressão de que continuamos prolongando uma situação que, hoje, é inaceitável no Brasil. Não é nada disso. O Programa Comunidade Solidária não tem dinheiro do orçamento. Nenhum. Apenas existe a Secretaria Executiva, que - isto, sim - é parte do Governo e, como parte do Governo, acelera os mecanismos dentro do Estado, dentro do Governo, da Administração, para que programas considerados essenciais pelo seu impacto social não venham a sofrer cortes e tenham maior prestação no atendimento de seus objetivos. Por outro lado, existe o Conselho da Comunidade Solidária alguns conselheiros estão aqui. Existe uma associação de apoio ao Comunidade Solidária, que é de fora do Governo e que busca, então - aí, sim -, recursos da própria sociedade para que possamos alcançar os mesmos objetivos de uma integração social mais eficaz. Pouco a pouco, as pessoas vão entendendo que os tempos são outros, os tempos são novos, efetivamente, e creio no exemplo desse acordo feito, agora, entre a Fundação Sirotsky e os empresários capitaneados pelo Dr. Gerdau, para que possamos levar adiante este que é um programa do Conselho da Comunidade Solidária. O Rio Grande do Sul é um exemplo muito claro disso, onde o programa já está sendo desenvolvido em várias cidades - e, como a Ruth disse, o importante é que foi avaliado. Vou repetir o que tenho dito ultimamente, aqui, que é o seguinte: nós estamos passando de uma fase, no Brasil, em que tudo era quantidade para uma outra fase em que a qualidade passa a ter importância. Até há pouco tempo, nós não tínhamos dinheiro para nada. Casa popular, impossível fazer, porque a Caixa Económica estava quebrada. Por quê? Porque havia clientelismo e, também, uma ligação não sadia de alguns setores empresariais com alguns setores do Estado. Grandes empréstimos, grandes conjuntos que não funcionavam. Muitas vezes, as empresas quebravam e não pagavam à Caixa, e os governos, nos programas de saneamento, faziam a mesma coisa: não pagavam à Caixa. Há três anos, quando o Presidente Itamar estava no Governo, o Ministro Clóvis era Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e eu era Ministro, nós impusemos uma regra dura, com o apoio do Senado: todos os governadores e prefeitos têm que pagar; se não pagarem, vamos reter, como retivemos, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Recentemente, tentaram mudar a alíquota, mas não concordei. Por quê? Porque isso é fundamental para que a Caixa Económica tenha recursos e para que ela possa voltar à sua destinação, aí, sim, social, sem demagogia, aí, sim, porque vai fazer o saneamento e a habitação de maneira direta. Pois bem. Hoje, nós precisamos de capacidade de utilizar o recurso já existente - problema novo no Brasil. Nós, hoje, começamos a precisar de gerenciamento, de capacidade efetiva de fazer com que os programas desenhados sejam realizados em benefício de quem precisa, é não em benefício de quem sempre se aproveitou do Estado. Nós estamos desprivatizando o Estado, essa é a verdade. Estamos utilizando sem a intermediação privada direta os recursos que são do povo, que estão no Estado para fins públicos. A intermediação privada que queremos é essa, nova, em que há um aporte, aporte independente, em que os empresários entram aqui e não tiram proveito nenhum para eles, mas para o Brasil e, nesse sentido, indiretamente, para todos nós. É outra maneira de nos relacionarmos com o empresariado e com a sociedade. Pois bem, isso, agora, precisa de avaliação. Nós precisamos saber: o dinheiro que se

põe no social, para que serve mesmo? Muito frequentemente, vejo nas avaliações, leio na imprensa: "Está gastando menos dinheiro em" - como se chama? - "merenda escolar." Isso é uma vantagem, não é desvantagem. Por quê? Porque se está fazendo a mesma coisa com menos recursos. Se for verdade o que estou dizendo, é uma grande vantagem. Temos que começar a avaliar o que, fisicamente, foi entregue à sociedade; depois, qual a qualidade do que foi entregue. Era necessário fazer aquilo? Não adianta mais julgar o orçamento e comparar o orçamento com o executado. Não. Temos que mudar de ótica para cobrar do Governo desempenho mais eficaz, melhor qualidade, e não apenas "falta dinheiro". Isso é conversa antiga. Ainda falta, mas não basta dizer que falta dinheiro, porque a gente põe o dinheiro, e o dinheiro não chega aonde tem que chegar. Então, vamos ter de mudar, também, a mentalidade. Pois bem, nesse esforço, como ainda faltam recursos e nós acreditamos que é preciso, crescentemente, apelar para os recursos próprios da sociedade - os recursos a que me refiro não são dinheiro; são também talento, organização, dedicação, vocação para resolver problemas -, há essa portaria do Ministro da Justiça pela qual vamos viabilizar, sem nenhum exagero, provavelmente ao redor de 100 milhões de reais por ano, não para o Governo, mas para as próprias organizações não-governamentais que se qualificarem no Ministério da Justiça para terem isenção, por serem consideradas de utilidade pública na Secretaria da Previdência Social; para que possamos mostrar que elas são efetivas - e, se tiverem o timbre do Comunidade Solidária, melhor ainda -, para que passem, efetivamente, a ser, então, prestadoras de serviços. E vamos utilizar recursos que até hoje eram, digamos assim, utilizados para outros fins. Não havia nenhuma ligação que permitisse a cooperação dos setores de sorteio para fins sociais e culturais. Um por cento dos recursos deverá ser destinado ao Ministério da Cultura e, eventualmente, à questão do menor, enfim, a programas que têm o apoio da sociedade, que passam a ser financiados sem imposto, mas de maneira que regulamente mais eficazmente a manipulação de certos recursos que existem à disposição da sociedade. Então, é isso que estamos fazendo, não tem nada de extraordinário, mas acho que é importante insistir em que estamos empenhados não só em ter mais recursos, mas em utilizá-los melhor e fazer com que os recursos do Estado sejam públicos, e a sociedade, quando participe, possa ter a certeza de que estão participando também o empresariado, os sindicatos, as estatais e quem seja; e que estejam participando efetivamente em programas que não são clientelistas, mas que visam resolver problemas efetivos do País. Eu acho que esses são os novos tempos. Muito obrigado aos senhores.

O discurso (**enunciação**) proferido por Fernando Henrique Cardoso (FHC), em Porto Alegre, no mês de dezembro de 1996, ocasião da criação de um convênio com o Grupo Gerdau (empresa multinacional gaúcha do setor metalúrgico), traz consigo elementos característicos das políticas públicas de combate à pobreza deste governo, com o **tema** neoliberal e aprofundamento das ações de entes privados em substituição a ação estatal. Neste discurso retórico (**enunciação**), direcionado especialmente aos empresários apoiadores do Programa Comunidade Solidária (PCS), no estado do Rio Grande do Sul, encontram-se exemplificadas algumas das diretrizes que norteiam o Programa. Dentro do discurso, inicialmente, é tecida uma crítica à atuação estatal, colocando-a como sendo dispendiosa e ineficaz. Dessa maneira, pela construção de uma justificativa de "modernização" do Estado, são entregues às mãos de iniciativa privada, o encaminhamento e financiamento das iniciativas sociais de Estado. Inclusive, dentro do âmbito do PCS, é preconizada a total ausência de recursos públicos para a execução do Programa,

estando a sustentação financeira do mesmo, atrelada ao investimento de parceiros da sociedade civil, em especial, empresas.

Como **discurso alheio**, faz-se presente uma referência a primeira dama Ruth Cardoso, que através do discurso indireto, demonstra o uso dado pela mesma

Sobre isso, é interessante ver que no discurso são feitos comentários elogiosos, por FHC, a dois influentes representantes da classe empresarial gaúcha, Eduardo Sirotsky (Grupo RBS) e Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), propulsores do Programa no estado.

O programa, na época, recebeu uma série de ataques, dada sua iniciativa de delegar a execução de ações sociais à iniciativa privada. Referindo-se a essas críticas que o PCS vinha sofrendo, em relação a sua natureza privatista, FHC, afirma que, ao delegar atividades a sociedade civil e, assim, permitir a “melhor gestão” de seus processos, o PCS teria uma ação contrária a ideia de privatização. Argumenta que a redução do uso de recursos públicos representaria uma benfeitoria a toda população, permitindo que empresários, bem-intencionados e independentes do estado, possam realizar investimentos sociais. Isso se caracterizaria em processo de “desprivatização” do estado, com maior atuação da sociedade civil, afugentando o “clientelismo”. De forma surpreendente, é também feita a defesa do corte de gastos públicos, em setores como merenda escolar, processo caracterizado como melhoria de gestão. Existe uma tentativa de **significação** da questão da palavra privatização e gestão.

Essa melhoria de gestão, por sua vez, estaria ancorada na melhoria qualitativa do gasto público, algo que não é exemplificado em nenhum momento do discurso.

Contraditoriamente, apesar de alegar a existência de uma ampla atividade de aperfeiçoamento da ação da máquina pública, com uma suposta redução de gastos, coloca-se no discurso que cem milhões de reais, por exemplo, serão destinados diretamente a organizações privadas, sem que isso represente um serviço direto prestado pelo estado.

É interessante comparar os dois discursos, de FHC e Castello Branco. No segundo, apesar do contexto ditatorial da época, é reconhecido o problema social da pobreza como urgente, sendo necessária a ação pública e estatal para sua resolução. No de FHC, proferido em um período democrático, ele procura fazer a retirada da ação direta do estado em seu programa de combate à pobreza. Ao

transferir para o setor privado o controle sobre essas políticas, esvazia-se o caráter público e popular das mesmas, reforçando uma posição autoritária o controle popular sobre a política social.

Este discurso, com proposições guiadas pela valorização dos interesses privados, especialmente empresariais, torna difícil o vislumbre de um paradigma com um ideal de combate real a pobreza. Orientados dessa maneira, os programas, ficam estreitamente ligados aos anseios da classe empresarial, grandes detentores de propriedade, inviabilizando ações redistributivas e emancipatórias.

JUSTIÇA & CIDADANIA

Uma ação social inovadora

Ruth Cardoso

Diante de definições equivocadas que têm sido levadas à opinião pública, é importante expor as reais atribuições e ações desenvolvidas pelo Conselho da Comunidade Solidária. O trabalho teve início em 1995 e evoluiu com base na constatação de que a sociedade civil contemporânea se apresenta como parceira indispensável de qualquer governo no enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da exclusão social.

Passamos, então, a atuar em três grandes linhas: adotando medidas para o fortalecimento da mesma sociedade civil, desenvolvendo a interlocução política sobre temas sociais com diversos atores e criando programas inovadores. Esses programas, marcados por um novo modelo de gestão, oferecem-se como alternativa viável ao mero assistencialismo, caracterizado pela ineficiência e obsolescência de políticas centralizadoras.

E, se os projetos surgiram pequenos, hoje cresceram de forma significativa. O Alfabetização Solidária, por exemplo, começou a atuar em 1997 com 9.200 alunos em 38 cidades. Fez o ano de 2001 totalizando presença em 1250 municípios do Norte e Nordeste e nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, e beneficiando cerca de 2,4 milhões de jovens e adultos.

Mas não são apenas os números que o diferenciam de iniciativas semelhantes. O programa é financiado por meio de parcerias, mantidas entre 93 empresas, pessoas físicas e o MEC, que dividem o custo de apenas R\$ 34 por aluno/mês. Todos os cursos são desenvolvidos por cerca de 180 universidades. A continuidade do estudo também é garantida em muitas cidades por cursos supletivos. E, por vezes, o processo de mobilização desencadeado pelo programa em algumas comunidades resulta na formação até de cooperativas de trabalho.

O Capacitação Solidária é outro exemplo. Entre 1996 e 2001, o programa financiou 3800 cursos profissionalizantes para 115 mil jovens. Nesse caso, a atividade também não se resume a números. Observe-se que os cursos realizados foram propostos por organizações não-governamentais (aproximadamente duas mil), com base em



necessidades culturais e econômicas identificadas nas comunidades. Por isso, muitos projetos apresentam propostas incomuns, que jamais seriam contempladas por modelos convencionais de ações profissionalizantes.

Acrescente-se que o processo seletivo dos projetos preparados pelas ONGs é feito por meio de concursos, uma novidade em ações sociais que já está servindo de modelo para outras realizações do gênero. As parcerias também são essenciais ao programa e proporcionam ainda financiamentos de cursos voltados para o fortalecimento das próprias ONGs envolvidas.

O Conselho da Comunidade Solidária também criou o Universidade Solidária, em que estudantes e professores universitários de todo o Brasil desenvolvem atividades educativas em comunidades pobres, visando à melhoria da qualidade de vida das localidades. O UniSol também cresceu de tal maneira que, hoje, o trabalho é realizado ao longo de todo o ano e não mais apenas no período de férias. Outra ação exemplar vem sendo adotada pelo Programa Voluntários, que já criou 21 centros de voluntariado em todo o Brasil. Iniciativas como a constituição de uma rede de informações sobre e para o terceiro setor (Rits) e o Programa Artesanato Solidário para a geração de renda também têm produzido excelentes resultados.

Sucessivas rodadas de interlocução política promovidas pelo conselho também sugeriram e encaminharam o projeto de lei, posteriormente aprovado pelo Congresso, que criou uma nova categoria jurídica para as entidades que desenvolvem trabalhos na área

social, cerca de 250 mil em todo o país. Classificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), essas instituições já podem atuar com recursos públicos. Medidas que ampliam a oferta do microcrédito em todo o Brasil também foram implementadas a partir dessa ação convergente de interlocução, reunindo os mais variados setores da sociedade.

É, portanto, pelo conjunto dessas e de outras atividades que o Conselho se apresenta como um instrumento inovador de ação social, em que os projetos e ações são submetidos a constantes processos de avaliação e aprimoramento. Ressalte-se que, apesar de ter sido criado no âmbito de um programa governamental -o Comunidade Solidária-, o conselho não é responsável pelas políticas oficiais da área social, circunscritas aos ministérios, nem se constitui em fundo de financiamento de projetos fragmentados, impostos às comunidades.

Em resumo, além da promoção do debate e da busca da diversidade de idéias, o conselho está articulando, de modo transparente, recursos de todos os tipos, provenientes do Estado, da iniciativa privada e do setor privado sem fins lucrativos (o terceiro setor). Segmentos que, há pouco, ainda eram considerados incapazes de conviver e mais ainda de atuar conjuntamente a favor do desenvolvimento do país. ■

Ruth Corrêa Leite Cardoso, doutora em antropologia e ciências sociais pela Universidade de São Paulo, é presidente do Conselho da Comunidade Solidária.

4

O texto em questão, escrito pela primeira-dama Ruth Cardoso (esposa de FHC) para a revista "Justiça & Cidadania" traz interessantes subsídios para o entendimento de seu comando frente ao Programa Comunidade Solidária.

A **enunciação** do texto se constitui como uma resposta a uma série de críticas que o programa vinha recebendo em sua época, algo que FHC busca também efetuar em seu discurso anterior, dirigindo-se ao público leitor da revista,

que aborda questões de direito e cidadania, atingindo, portanto, profissionais da área e pessoas fortemente interessadas no assunto.

Isso é feito, entretanto, em um período distinto ao do discurso colocado anteriormente, em uma outra realidade temática, já no final do governo. Assim, a resposta feita às críticas é elaborada como uma retrospectiva dos projetos bem-sucedidos no âmbito do PCS, salientando o caráter inovador das ações, conforme se coloca dentro do título. Dados quantitativos são utilizados como tentativa de embasar esse sucesso, evidenciando resultados apenas quantitativos, assim remetendo a um processo de **significação**, ideológico.

É defendido o fortalecimento do terceiro setor nas ações de combate à pobreza efetuadas dentro do PCS, o que de acordo com Ruth Cardoso representou uma melhoria do diálogo com a sociedade civil expressando, para ela, uma maior democratização do estado. É posta a ideia de transparência de boa comunicação entre entes privados e o estado, com busca pelo desenvolvimento nacional. Alterações no marco legal de atuação de organizações sociais, mostram essa mudança. Evidencia-se, assim, a tentativa de **produção de um consenso**.

Apesar disso, salienta-se que o conselho do PCS não atua diretamente nas questões diretivas, estando envolvido com a avaliação dos projetos, portanto sendo secundário.

O texto possui uma busca por autoralidade, não estando marcado pelo uso de **discursos alheios**. É, interessante, destacar que o presidente FHC não é mencionado ao longo do texto, nem são utilizados enunciados proferidos por ele como recurso de discurso que possibilitaria reforçar o significado da pobreza como sendo elemento da falta de oportunidades de renda e emprego. Em ambos discursos, a forma de resolução da pobreza, se encontra alinhada com as expectativas da iniciativa privada, essas oportunidades devem ser disponibilizadas por elementos da sociedade civil, através de formação educacional profissionalizante.

6.4 DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA FOME ZERO

Palácio do Planalto, 30 de janeiro de 2003,

Meu querido companheiro, vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, Senhor senador, presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, Meus companheiros e companheiras ministros de Estado, Companheiros e companheiras deputados e deputadas, Prefeitos e prefeitas das cidades brasileiras, Meu caro Paulo Souto, governador da Bahia, Meu caro José Reinaldo, governador do estado do Maranhão, Meu caro Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo, Senhor Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais, Senhor Marconi Perillo, Governador do estado de Goiás, Senhor Lúcio Alcântara, governador do estado do Ceará, Senhora Wilma Faria, governadora do estado do Rio Grande do Norte, Meu caro amigo Ronaldo Lessa, governador do estado de Alagoas, Eduardo Braga, governador do estado do Amazonas, Meu caro Roberto Requião, governador do estado do Paraná, Jorge Viana, governador do estado do Acre, Senhor Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal, Meu caro Zeca do PT, governador do Mato Grosso do Sul, Senhor Marcelo Miranda, governador do estado de Tocantins, Senhor Waldez Góes, governador do estado do Amapá, Senhor Flamarion Portella, governador do estado de Roraima, Meus companheiros que agora fazem parte do Consea, Senhoras e senhores,

A instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Consea, que hoje realizamos, é mais um passo institucional decisivo de meu Governo na luta contra a fome. Um passo importante, fundamental, que vai permitir a implantação do programa Fome Zero em todo o Brasil, com a criação dos Conseas estaduais e municipais. O Consea vem somar-se ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, que tive a iniciativa de instituir no primeiro dia do meu Governo. O programa Fome Zero é complexo. Tão complexo quanto o inimigo que ele se propõe a combater. Ele reúne um conjunto de ações simultâneas que serão desenvolvidas ao longo dos quatro anos de Governo. E é composto por medidas emergenciais e por medidas estruturais, permanentes, aquelas que vão resolver em definitivo o problema. O Fome Zero envolve praticamente todos os Ministérios, os governos estaduais, as prefeituras municipais, as entidades da sociedade organizada, as empresas e a população. Todos terão um papel a desempenhar nesse histórico desafio. E todos, a seu tempo, serão convocados para ajudar nessa guerra. Hoje estamos dando um grande passo. E sei que, até atingirmos nossa meta, será uma longa caminhada. A fome não será vencida da noite para o dia, nem apenas com algumas medidas isoladas do Governo. A vitória contra a fome vai exigir muito esforço, muita persistência, muita coragem e dedicação de todos nós, durante os próximos quatro anos. Sei que muitos, antes de mim, tentaram enfrentar de algum modo o problema da fome no Brasil. E se não o solucionaram, foi porque essa causa não teve a prioridade que merece nem contou com a indispensável mobilização da sociedade.

A fome não é um problema só do Brasil. Ela é hoje um flagelo mundial que castiga milhões de seres humanos em todo o planeta. Nós, brasileiros e brasileiras, temos a obrigação de fazer a nossa parte. Mas as nações mais ricas também têm que fazer a parte delas. Foi por isso que fiz questão de levar a Davos a causa do combate à fome, para incluí-la na agenda dos países e dos empresários mais ricos do mundo. A luta contra a fome é, na verdade, um passo fundamental para a superação da miséria, da pobreza, da falta de oportunidades e da desigualdade social. E é por isso que o Fome Zero é mais, muito mais do que um programa de doação de alimentos. Essas doações emergenciais são necessárias, mas todos sabemos que não acabam com o problema. É preciso não apenas neutralizar os efeitos da fome, mas sobretudo atacar as suas causas. Vamos criar as condições para que todas as pessoas no nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém. E quando digo comer, não estou falando apenas de encher a barriga. Isso, as famílias do semi-árido nordestino já fazem precariamente há séculos, dando aos seus filhos os poucos alimentos que possuem, mas sem o mínimo conteúdo nutricional. Porque fome é, sim, falta de comida. Mas é também não ter uma alimentação adequada. Fome é não poder consumir todas as proteínas, vitaminas, calorias e sais minerais que o nosso corpo e a nossa mente precisam para se desenvolver; que as nossas crianças precisam para estudar e aprender; que um adulto precisa para se capacitar e trabalhar. É por isso que não adianta apenas distribuir comida. Se não atacarmos as causas da fome, ela sempre irá voltar, como já aconteceu outras vezes em nossa história. O projeto Fome Zero combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar, ao mesmo tempo. Ensinar a

pescar é criar empregos nas regiões onde hoje existem fome e pobreza.

Ensinar a pescar significa melhorar as condições de vida da população. Ensinar a pescar é dar ao povo uma educação de qualidade. É saúde digna. É salário e renda. Ensinar a pescar é fazer a reforma agrária. É incentivar a agricultura familiar. É estimular o cooperativismo, o microcrédito e a alfabetização. É preparar as pessoas para uma profissão e um emprego. É criar condições para que elas se sustentem sozinhas. Ensinar a pescar, enfim, é libertar milhões de brasileiros, definitivamente, da humilhação das cestas básicas. É fazer com que todos, absolutamente todos, possam se alimentar adequadamente sem que para isso precisem da ajuda dos outros. Outro dia, vi na televisão um senhor que catava alimentos no lixo. Ele tinha um pedaço de melancia nas mãos. E quando lhe perguntaram por que estava fazendo aquilo, respondeu: “Porque eu tenho fome”. E em seguida, abriu um sorriso e disse: “Mas eu sei que o Lula, lá em Brasília, está pensando em alguma coisa para que eu não tenha mais que catar comida no lixo.” Esse, senhoras e senhores, é o tamanho do nosso desafio. E terá de ser também o tamanho do nosso esforço e do nosso trabalho. O Brasil não pode mais continuar convivendo com tanta desigualdade. O povo brasileiro, mesmo com fome, já deu inúmeras provas de seu talento, de sua criatividade, de sua capacidade e de sua tolerância. Minha própria história pessoal é uma prova disso. Imaginem, então, a Nação que seremos, no dia em que todos os brasileiros puderem fazer três refeições ao dia! É por isso que insisto: o Fome Zero não deve ser entendido como mais uma campanha temporária e emergencial contra a fome em algumas regiões do país. Ele é isso também, porque, como dizia o saudoso Betinho, “quem tem fome tem pressa”. Quero convocar a todos os feitos e a todos os governadores, muitos dos quais nos honram hoje com a sua presença, para se engajarem nessa luta. Sem a participação decidida dos governos estaduais e das prefeituras, será impossível montar a rede de coleta e distribuição de alimentos que os brasileiros de todo o país estão querendo doar. Sem essa solidariedade espontânea da população e sem o engajamento dos governos estaduais, prefeituras e sociedade organizada, nós não vamos ganhar essa guerra. Faço aqui um apelo a todos os municípios e todas as entidades sociais, aos sindicatos, às comunidades religiosas e às associações dos mais diversos tipos: comecem já, hoje ainda, se possível, a criar os Conselhos de Segurança Alimentar em suas cidades. Tomem a iniciativa! Nos Conseas municipais devem acontecer a soma do poder público e da sociedade organizada. Eles têm uma missão decisiva no Fome Zero. São os que vão identificar as famílias necessitadas. São os que vão orientar as entidades que atuarão diretamente junto à população. São os que vão armar, em cada município e em cada bairro, os postos de recepção e distribuição de alimentos. São os que vão zelar para que não aconteçam as velhas e tristes cenas de desvios e desperdícios. Estou seguro de que temos todas as condições necessárias para virar essa página da nossa história. Respira-se no Brasil de hoje um clima de esperança e de orgulho. A sociedade alimentada demonstra sua fome de participar. É um outro tipo de fome. É fome de dignidade, é fome de saúde, é fome de segurança, é fome de auto-estima. E todos nós, do governo, dos Conseas, das entidades sociais, das prefeituras e dos governos estaduais, somos responsáveis por manter vivo esse sentimento tão bonito e tão raro de solidariedade geral, de vontade de dar certo. Do empenho, da seriedade e da organização dos Conseas, vão depender a credibilidade do programa e a continuidade dessa esperança. Quero aproveitar este ato para agradecer às empresas, entidades, personalidades e às pessoas de todo o Brasil que ligam e escrevem oferecendo apoio e perguntando como podem ajudar. Num país do tamanho do Brasil, iniciar qualquer campanha de coleta de alimentos é uma verdadeira operação de guerra. E deve ser feita com muito cuidado e planejamento para que todo esse enorme esforço atinja plenamente os seus objetivos. Não vamos permitir que o Fome Zero, nesse seu início, venha a ser atropelado por uma avalanche de doações, que precisam ser corretamente organizadas. A partir de agora, todos os senhores e senhoras estão convocados a trabalhar, durante os próximos quatro anos, para acabar de vez com essa vergonha nacional que é a fome. “Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural – são criações humanas.” Esta frase é de um conterrâneo nosso, pernambucano, médico e geógrafo, que foi o fundador e primeiro Presidente da FAO, teve duas indicações ao Nobel da Paz e morreu de saudades do Brasil, exilado na França, durante o regime autoritário. Estou falando de Josué de Castro, autor do clássico Geografia da Fome, que há mais de 50 anos interpelou a consciência da Humanidade com a exposição dessa tragédia. Minhas senhoras e meus senhores, Companheiras e companheiros, precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não é para matar ninguém – é para salvar vidas. Muito obrigado.

Com a vitória nas eleições presidenciais de 2002, o PT, principal partido de oposição ao governo FHC, assume a Presidência da República sob a figura de Luiz

Inácio Lula da Silva. A expectativa de grande contingente da população era de que o PT efetuasse um rompimento com as políticas neoliberais de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. O período anterior, caracterizado por um contexto social de crise econômica, concentração de riqueza e enfraquecimento da ação estatal, registrou índices alarmantes de aumento da pobreza e, em várias regiões do país, de uma situação de fome extrema. Dada a situação, esse **tema** logo se tornou central no debate nacional, motivando uma abordagem mais ampla e estruturada por parte do novo governo.

Dessa forma, o governo recém-eleito, sob o comando de Lula, dito primeiro Presidente de origem operária, lança, como eixo central da política de governo, o Programa Fome Zero (PFZ), que envolve a facilitação da disponibilização de alimentos, através de ação estatal organizada e sistemática efetuada sob a tutela de um ministério próprio, em um importante rompimento com a política de primeiro-damismo. Salienta-se que, o Fome Zero substituiu o PCS, extinguindo este último. Isso ressalta ainda mais o caráter de oposição à maneira como eram conduzidas as políticas públicas anteriores.

O discurso (**enunciação**) de lançamento do programa, direcionado a diferentes políticos, do legislativo, dos setores executivos estaduais e ministros, incluindo-se membros de partidos de oposição, diz respeito também à criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que na demonstração da importância da política de combate à fome e a miséria no país, emerge como mais um elemento institucional para a construção dessas ações. É reforçado o caráter institucional e de centralidade no âmbito político, dessa proposta de erradicação da miséria. Associa-se, também, a ideia de combate à pobreza como sendo uma guerra, colocando um espírito mobilizador dentro da retórica utilizada. Prega-se uma ideia que seria deflagrado um combate total, até a erradicação do problema, conforme Lula cita: “O Fome Zero envolve praticamente todos os Ministérios, os governos estaduais, as prefeituras municipais, as entidades da sociedade organizada, as empresas e a população. Todos terão um papel a desempenhar nesse histórico desafio. E todos, a seu tempo, serão convocados para ajudar nessa guerra.”

Com visa à **produção de consenso**, é colocada a necessidade de ampla mobilização, citada no discurso, é colocada em conjunto com uma crítica aos governos anteriores, alegando a falta de interesse destes no assunto, alegação feita

também por Castelo Branco. É dada uma ideia de amplitude ao problema da pobreza e da fome, com demonstração da necessidade de empenho da sociedade, incluindo indivíduos e instituições, inclusive empresas, ponto recorrente em todos os discursos. Clama-se, pela maior ação destas, e de países ricos, no combate à pobreza, conforme Lula narra sobre sua visita ao Fórum Econômico Mundial de Davos.

Está implicada, nessa fala sobre mobilização, o caráter indispensável, da ação solidária e da iniciativa popular, em auxílio à estatal, para o combate à miséria. A fome e a miséria, se constituem, no discurso, como estruturais e assim, seriam grandes empecilhos ao desenvolvimento nacional, exigindo-se uma ação coordenada e sistemática contra as suas causas.

Assim, emerge uma **significação** do termo “guerra”, no momento em que Lula compara o esforço para o combate à pobreza, com o esforço bélico, apontando-a como sendo maior inimigo nacional.

A fome, **significada** como elemento principal da pobreza, por sua vez, encontra-se em um sentido muito mais amplo, contemplando outros aspectos, como a insuficiência nutritiva. Isso exige um uma ação contínua e permanente dentro do PFZ, de forma a fornecer, progressivamente, melhoras qualitativas nas políticas públicas, com elaboração, posterior, de outras frentes de ação, além da distribuição de alimentos. Questões como dignidade e auto-estima se relacionam com a temática da fome. É feita uma crítica, conseqüentemente, à desigualdade social no país.

Em relação ao uso do **discurso alheio**, proferido, originalmente, por um senhor que catava alimentos no lixo e fora entrevistado por uma emissora de televisão, é possível realizar uma importante análise. Através do uso do discurso direto, como nesse caso, busca-se a manutenção da fidedignidade da palavra, evidenciando o indivíduo que está proferindo o enunciado. Assim, dentro de seu discurso, Lula busca destacar a autoralidade do catador, colocando-o como exemplo da miséria no país. É verificável uma forma de preparação desse discurso. Antes dele, Lula evidencia a indispensabilidade da ação coletiva para o sucesso da “guerra” contra a miséria. Utiliza, então, o enunciado de um terceiro, que enaltece a sua figura de político salvador dos pobres, reforçando uma ideia personalista de si próprio, contraditoriamente.

O **discurso alheio** se encontra em evidência em dois outros momentos. Primeiro com uma citação direta do sociólogo Betinho, “quem tem fome tem pressa”,

que evidencia a urgência em se construir o programa, além da citação direta de Josué de Castro, primeiro presidente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, “Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural – são criações humanas”, em que é preconizada a origem social do problema da fome. Nota-se uma tentativa de utilização do discurso direto, proferidos por duas personalidades ilustres, com o objetivo de legitimar o discurso de Lula e o projeto como um todo.

6.5 DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Palácio do Planalto, 02 de junho de 2011,

Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar o nosso vice-presidente, Michel Temer,

O nosso senador, presidente do Senado, José Sarney,

O deputado federal Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

A ministra Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Eu queria, ao cumprimentar a Tereza, agradecer à Tereza por todo o seu esforço na elaboração, junto com os demais ministros, do programa Brasil sem Miséria, e dizer a vocês que a Tereza superou grandes dificuldades para, nesse período, estar elaborando o Programa. Então, nossos aplausos à Tereza e àquela linda menina sentada ali, de laço.

Queria cumprimentar todos os ministros aqui presentes. Cumprimentar o ministro Palocci, da Casa Civil; o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça; Ruy Nogueira, interino das Relações Exteriores; o ministro Guido Mantega, da Fazenda; Alfredo Nascimento, dos Transportes; Wagner Rossi, da Agricultura; Fernando Haddad, da Educação; Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego; Garibaldi Alves, da Previdência Social; Alexandre Padilha, da Saúde; Edison Lobão, de Minas e Energia; Miriam Belchior, do Planejamento; Paulo Bernardo, das Comunicações; Francisco Gaetani, interino do Meio Ambiente; Pedro Novais, do Turismo; Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional; Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário; Mário Negromonte, das Cidades; Ideli Salvatti, da Pesca; Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral; José Elito, do Gabinete de Segurança Institucional; Luís Adams, da Advocacia-Geral da União; Luiz Navarro, interino da CGU; Luiz Sérgio, das Relações Institucionais; Helena Chagas, da Comunicação; Wellington Moreira Franco, de Assuntos Estratégicos; Luiza Bairros, da Igualdade Racial; Maria do Rosário, dos Direitos Humanos; Iriny Lopes, de Políticas para as Mulheres. Queria cumprimentá-los e agradecer a cada um pela participação nesse processo de elaboração do Brasil sem Miséria.

Queria dirigir um cumprimento especial ao nosso querido José Graziano da Silva, que foi o nosso primeiro ministro de Combate à Fome e do Desenvolvimento Social.

Queria agradecer também a cada um dos governadores,

E cumprimentar o governador da Bahia, Jaques Wagner,

O nosso querido Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro,

Pedi para o Sérgio dar uma chegadinho aqui e mostrar para vocês o cartão dele, que ele vai lançar, como complementação do Bolsa Família. Quando chegar o cartão, Sérgio, eu te chamo outra vez, mas só mais uma vez. Olha o cartão em complementação ao Bolsa Família. É muito importante – com cadastro único – é muito importante que não só nós integremos as ações dos ministros, mas, também, que nessa questão, que é uma questão nacional, nós tenhamos essa participação efetiva dos governadores.

Queria cumprimentar o meu querido companheiro Eduardo Campos, de Pernambuco, e a minha amiga Renata Campos, primeira-dama de Pernambuco,

Queria cumprimentar o governador Marcone Perillo, de Goiás,

O governador Silval Barbosa, de Mato Grosso,

O nosso governador em exercício do Rio Grande do Sul, Beto Grill,

Queria cumprimentar o Domingos Filho, governador em exercício do Ceará,

O Ricardo Coutinho, governador da Paraíba,

Renato Casagrande, do Espírito Santo,

Teotonio Vilela Filho, de Alagoas,

Marcelo Déda, de Sergipe,

O Tião Viana, do Acre,

Agnelo Queiroz, do Distrito Federal,

Confúcio Aires Moura, de Rondônia,

Camilo Capiberibe, do Amapá,

Queria cumprimentar todos os senadores aqui presentes e, ao fazê-lo, cumprimento a Ana Rita, a Angela Portela, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, Paulo Davim, Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias e Wilson Santiago.

Cumprimento também os deputados federais, Antonio Brito, Assis do Couto, Benedita da Silva, Cândido Vaccarezza, nosso líder de governo, Carlos Almeida, Célia Rocha, Edmar Arruda,

Fátima Pelaes, Fernando Marroni, Heleno Silva, Íris de Araújo, Jony Marcos, José De Filippi, José Guimarães, Luci Choinacki, Mariinha Raupp, Nazareno Fonteles, Nilton Lima, Onofre Santo Agostini, Pastor Eurico, Pastor Everaldo, Paulo Freire, Ronaldo Fonseca, Rui Costa, Saguas Moraes, Salvador Zimbaldi, Sandra Rosado, Zeca Dirceu.

Queria também cumprimentar a nossa governadora Rosalba Ciarlini do Rio Grande do Norte e dirigir um cumprimento todo especial para a querida Marise, que esteve aqui representando os beneficiados pelo Bolsa Família que transformaram suas vidas.

Queria agradecer ao presidente da Associação Brasileira dos Supermercados pelas suas palavras.

E dizer aos senhores e às senhoras que, ao longo da nossa história, o nosso país, sem sombra de dúvidas, abriu muitas portas para o futuro. Mas, de forma imperdoável, deixou algumas portas ostensivamente fechadas e outras apenas entreabertas.

Nós estamos aqui, hoje, para juntos abriremos de uma vez a grande porta de entrada no século XXI. Eu acredito que se essa porta, governadores, tivesse sido aberta um século atrás, ou pelo menos nessa última década antes do século XXI, nós seríamos agora um país bem mais próximo de realizar nosso sonho e nosso destino de grandeza e de originalidade, característica do Brasil. Graças a Deus, o Brasil vem abrindo e recuperando seu atraso e nada, mas nada mesmo, vai mudar o fato de que nós vamos continuar abrindo essa porta da pobreza.

O governo do presidente Lula produziu um avanço espetacular porque descobriu que, enquanto o Brasil deixasse de fora essa imensa força construtiva que é seu povo, não se transformaria em uma grande nação. Talvez, seja essa a maior contribuição que nós, que participamos do governo Lula, demos ao Brasil.

É verdade que nós incluímos, nos últimos anos, milhões e milhões de brasileiros que estavam esquecidos, que estavam à margem da história. É verdade também que era imprescindível incorporar esses brasileiros na construção de um novo Brasil, dando a eles, ao mesmo tempo, a alegria - porque há alegria nisso - e a esperança de reconstruir suas próprias vidas.

Como muito bem disse a ministra Tereza Campello, não são estatísticas, são pessoas com vidas vividas, com experiências e com sonhos. Sem eles nosso futuro estaria irremediavelmente comprometido; sem eles nós ficaríamos imobilizados no passado e no ciclo vicioso do país crescer, interromper o crescimento e não ter sustentabilidade.

Foi assim, foi com esse sonho e com essa determinação que o Brasil tirou 28 milhões de pessoas da pobreza e elevou a 136 milhões as classes médias. O que era um imperativo de ética, o que era um imperativo de princípios cristãos tornou-se, também, não só uma defesa concreta de direitos humanos, mas tornou-se também uma imensa força, uma poderosa chave para que a gente desenvolvesse o país e levasse o desenvolvimento econômico a um outro patamar.

A ascensão social desses milhões de brasileiros diminuiu a desigualdade, sem sombra de dúvida, mas também ampliou o nosso mercado interno, tornou o nosso país mais sustentável e acelerou nosso desenvolvimento econômico.

O Brasil provou ao mundo que a melhor forma de crescer era distribuindo renda e provou também que a melhor política de desenvolvimento era o combate à pobreza.

O Plano Brasil sem Miséria, que estamos lançando hoje, nasce com base nessa filosofia e nesses princípios. Ele vai além, aperfeiçoando e avançando por esse caminho que nós construímos.

Não preciso repetir as explicações técnicas que a ministra Tereza Campello, brilhantemente, deu aqui. Eu prefiro mencionar certos aspectos políticos e conceituais do nosso Plano. Como a ministra Tereza já explicou, o Plano Brasil sem Miséria cria, renova, amplia e, especialmente, integra vários programas sociais. Ele faz parte da nossa experiência, ele é fruto do que conquistamos e acumulamos ao longo desses anos. E ele também articula ações do governo federal com estados e municípios. E aí, prefeito Edvaldo, eu queria saudar cada um dos prefeitos, que foram os atores privilegiados para que a gente implantasse o cadastro do Bolsa Família. E, prefeito Edvaldo, muitas mãos, inclusive a sua, estiveram nesse ato de abolição, a mão de todos os prefeitos. E, ao saudá-lo, saudando também todas as prefeitas – saudando a Micarla e todas as demais prefeitas –, eu quero, especialmente, fazer essa observação: nós precisamos de vocês para continuar... de vocês, de cada um, de cada prefeito – do prefeito e da prefeita – para que a gente possa fazer esse Plano avançar.

Nós também, como a Tereza mostrou, vamos atuar de forma diferente. Vamos usar programas diferentes nas cidades, vamos usar programas diferentes para a área rural, para o campo brasileiro. Através de cada um dos três eixos – transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos, acesso a tudo o que o Estado pode dar –, nós pretendemos melhorar a vida de 16 milhões de brasileiros que ainda estão na pobreza extrema.

Mas o Plano também tem um efeito: o de gritar, o de afirmar para todos nós que a miséria

ainda existe no Brasil. Este, talvez, seja o grande mérito deste Plano, porque é trazer para a pauta de todos os governos o objetivo, o compromisso, a determinação de lutar, a cada dia, para que o Brasil não tenha mais miséria. E dizer que dela não podemos nos esquecer um só minuto enquanto governarmos, que devemos fazer todo o esforço, todo e qualquer esforço para superá-la. E dizer que a luta contra a miséria é, sim, dever do Estado. É, antes de tudo, dever do Estado, mas é também uma tarefa de todos os brasileiros e brasileiras deste país.

Vem também para nos alertar, para deixar claro para nós que, se somos capazes de dar atenção aos problemas e crises que se instalam pela vida, não podemos nos esquecer da crise mais permanente, mais desafiadora, do problema maior deste país, e mais angustiante, que é termos a pobreza crônica ainda instalada em nosso país.

Por isso, meus queridos amigos e amigas aqui presentes, a pobreza levou muito tempo, mais de três séculos, para ser tornada um tema no Brasil, para entrar na pauta política ou para fazer parte do debate nas nossas universidades e academias.

Foram precisos mais de quatro séculos para que seu combate se convertesse de fato em uma política prioritária de governo. A população pobre, a nossa população pobre, os nossos pobres já foram acusados de tudo, inclusive de serem responsáveis pela sua própria pobreza.

Já disseram que, se nós déssemos Bolsa Família, eles se conformariam com a pobreza. Já disseram, de forma absurda, que as causas da pobreza eram o clima, o clima tropical, o nosso sol, e a miscigenação. Já disseram, e em parte tinham razão, se a gente fosse olhar a raiz, que uma das causas da nossa pobreza era a escravidão. Mas a escravidão passou há muito tempo e a falta de vontade política ultrapassou a escravidão.

Nós vimos pessoas bem-intencionadas, mas equivocadas, reverenciarem a tese muito fatalista de que haveria uma predestinação à exclusão nas populações dos países não-desenvolvidos. Acreditaram que milhões de seres humanos nasciam condenados a serem párias eternos, porque a economia mundial não tinha como incorporá-los.

Foi a fase inicial de um processo excludente muito dramático, que levou, muitas vezes, os governos a acharem que não era necessário fazer esforços para que nós tirássemos a população pobre da sua condição, pois era uma causa perdida.

A população pobre, raramente ela foi vista da maneira que deveria ser enxergada. Ela tem de ser enxergada como construtora de futuro, integrada por seres capazes de construir sua própria riqueza, capazes de construir sua própria dignidade.

O pobre, no Brasil, foi sempre o grande invisível, o desnecessário, o jamais incluído. Assim como, no passado remoto, muitos olhos ficaram cegos para o grande tráfico negreiro que manchou o Atlântico, outros olhos também estiveram cegos, por décadas e décadas, para milhões de brasileiros que morriam de fome e sede, que se atiravam em caravanas de milhões para o Sudeste ou em multidões ainda mais desesperadas para os seringais do Norte, para as margens da Transamazônica. Era a pobreza se ampliando e, vamos reconhecer, redesenhando o nosso mapa nacional, com seus traços de tristeza, de angústia, de desespero, enquanto muita gente virava o rosto para ela.

Mas, seria terrivelmente injusto não mencionar que sempre houve brasileiros brilhantes, destemidos, corajosos que remaram contra essa maré de insensibilidade e indiferença. Dos abolicionistas do século XIX aos movimentos sociais e sindicais do final do século XX; dos escritores modernistas, dos pensadores sociais dos anos 30 aos intelectuais contemporâneos; dos políticos reformadores do século XX, passando pelas lideranças socialmente comprometidas dos dias atuais, nós temos de reconhecer que muitos deles, muitos deles contribuíram para que nós chegássemos até aqui.

E o Plano Brasil sem Miséria ecoa um pouco, ecoa um pouco e ecoa um muito a voz dessas pessoas. Ecoa a voz de Nabuco, de Gilberto Freyre, de Manoel Bonfim, de Sérgio Buarque de Holanda, de Josué de Castro, de Anísio Teixeira, de Paulo Freire, de Caio Prado Júnior, de Florestan Fernandes, de Darcy Ribeiro. Eles reduziram a cinzas, a pó, as teorias fatalistas sobre a pobreza no Brasil.

O Brasil sem Miséria – e aqui eu quero fazer um agradecimento do fundo do coração – o Brasil sem miséria reflete também as cores e as figuras dramáticas de Portinari, cuja família cedeu para o Plano, cedeu para o Plano, o que me encheu de alegria, cedeu para o Plano, espontaneamente, seu acervo, para uso do Brasil sem Miséria.

O Brasil sem Miséria ecoa também a voz suave – nós lembramos dela – do nosso Betinho que, na década de 70 gritou, com aquela santa indignação do Betinho: “Chega de torneios retóricos, minha gente. Vamos lá: ação, ação, ação, por favor, ação. Porque enquanto a gente discute a melhor maneira de salvar o Brasil, milhões de brasileiros morrem de fome”, disse Betinho.

O Brasil sem Miséria ecoa a voz, o trabalho e o empenho do presidente Lula, cujo governo

eu tive a alegria de coordenar e de participar com ele. E a honra de sucedê-lo.

Faço questão de mencionar três pontos do Brasil sem Miséria agora: primeiro, a busca ativa, porque a busca ativa muda o compromisso que nós temos. Nós não mais vamos esperar que os pobres corram atrás do Estado brasileiro. O Estado brasileiro deve correr atrás da miséria e dos pobres deste país. Segundo, a parceria entre as várias esferas de governo, entre governadores e, quero reiterar aqui, esses nossos parceiros, que se espalham por cada canto deste país, os prefeitos e as prefeituras, essenciais para que este Plano dê certo.

E, terceiro, a participação da sociedade. Na verdade, esses três pontos estão interligados, e um tem a ver com o outro, fazem parte de uma unidade. Muito vai depender desse encadeamento entre essas três grandes linhas deste Plano.

Nós sabemos que essa questão de... em vez de obrigar a população pobre a correr desesperada para procurar ajuda, nós vamos mudar. Com esse compromisso, nós vamos mudar. Nós vamos, a partir de agora, através do cadastro, através de todos os elementos, buscar incluir de forma ativa e sistemática. O Brasil sem Miséria é, pois, o Estado brasileiro chegando, o Estado brasileiro dizendo que está pronto para combater a pobreza.

Nós vamos identificar quem não recebe o Bolsa Família, para que receba. Nós vamos identificar os idosos que não recebem aposentadoria, para que passem a receber. E também vamos atrás de quem não tem acesso à água, de quem não tem acesso à luz elétrica, de quem não tem uma unidade básica de saúde, de quem não tem acesso a uma maternidade, para que passe a ter.

Eu sei a importância do microcrédito, do microempreendedor individual e da economia solidária em um plano desses. E nós sabemos que um país que tece uma rede de pequenos empreendedores, de trabalhadores, de médios empreendedores, é um país... e grandes empresários, é um país que tem um corpo social estável e tem todas as condições para ter cidadãos participantes.

Para os que já têm Bolsa Família nós vamos oferecer crédito, capacitação profissional, e vamos oferecer na zona rural assistência técnica para que eles possam deixar o programa Bolsa Família mais rapidamente.

Nós não iríamos conseguir isso se não contássemos com a parceria dos prefeitos e dos governadores. Por isso, eu reitero, ela é essencial para que nós possamos ir em frente.

Aos senhores governadores e prefeitos aqui presentes, eu quero agradecer o grande apoio à toda ação e parceria que vocês tiveram e vêm dando a este Plano. Quero renovar nosso compromisso de estar junto com vocês pela erradicação absoluta da miséria.

Mais uma vez, eu quero agradecer aos prefeitos. Quero dizer do papel importantíssimo da sociedade. Eu já disse que combater a miséria é, antes de tudo, um dever do Estado, o Estado deve dar o exemplo. Mas, também, como é tarefa de todos, nós vamos fazer uma campanha de mobilização sem apelos emocionais gratuitos e sem dramatizar a miséria. Porém, nós vamos oferecer propostas concretas de engajamento dos vários setores como aliás, já estamos fazendo. Queria, mais uma vez, agradecer aos empresários da construção civil e dos supermercados, em especial, por suas iniciativas na viabilização de um plano de tamanha envergadura. Também queria dizer que eu tenho certeza absoluta de que os outros Poderes da República, aqui representados pelo nosso senador José Sarney, que é presidente do Senado, e pelo nosso deputado federal Marco Maia, presidente da Câmara, eu tenho certeza de que a sensibilidade desses órgãos do Legislativo, juntamente com os do Judiciário, vão ajudar nesse compromisso.

Meus queridos, nós estamos chegando ao fim. Eu sei, também, que o combate à pobreza é um passo essencial, mas não é o único, para o desenvolvimento do Brasil e para um desenvolvimento cada vez mais harmônico. Junto com ele, junto com o Brasil sem Miséria, e não depois dele, nós precisamos implementar outras ações muito decisivas. O governo tem feito isso e vai continuar fazendo.

O Brasil sem Miséria faz parte de uma cadeia em que os elos dessa corrente são o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, todos os programas da Saúde, para mencionar alguns. Estes elos são alimentados por uma política econômica que tem por base o crescimento econômico sustentado, com equilíbrio fiscal, controle da inflação e forte geração de empregos. Essa política econômica, por sua vez, dá sustentação e é sustentada por uma política social que tem por base a distribuição de renda e a diminuição da desigualdade entre as pessoas e as regiões. Foi esse círculo virtuoso que nos fez chegar até aqui e que vai continuar nos conduzindo rumo ao nosso desenvolvimento cada vez maior.

É este o modelo que eu comecei a construir junto com o presidente Lula, e que tenho energia e força para - como presidente - continuar aperfeiçoando e ampliando. O modelo, eu faço questão de repetir, que tem um compromisso profundo com os mais pobres e com a classe média. Como eu disse no meu discurso de posse, temos que combater a miséria, que é a forma mais

trágica de atraso e, ao mesmo tempo, avançar, investindo em áreas sofisticadas, como é o caso da inovação, da ciência, da pesquisa científica e tecnológica.

Nós temos certeza de que a educação é o melhor caminho para fazer as pessoas saírem, de forma definitiva, da pobreza, e para que a classe média melhore seu padrão de vida, e que o Brasil continue crescendo. Sabemos que a qualidade do ensino é e será, sempre, uma prioridade sagrada para todos nós.

Não aceito o fatalismo que diz que a pobreza existe e existirá sempre em todas as sociedades. Isso não é realismo, é cinismo. Estou certa de que devemos e podemos construir nosso caminho para uma sociedade sem miséria, e acredito que nenhum de nós pode fugir dessa luta.

Não tenham a menor dúvida de que eu farei a minha parte, eu darei o melhor de mim. Eu sei que o combate à miséria é uma luta difícil, sei que nós vamos enfrentar muitos desafios. Aliás, os desafios não me imobilizam, os desafios não me tornam refém. Ao contrário, sempre foram eles que me fizeram avançar na vida, sempre. E nenhum de nós pode se dar ao luxo de ser refém do medo ou da timidez. Eu acho que todos nós, cada um de nós, eu tenho certeza disso, nós somos reféns de nossos sonhos e de nossos compromissos com o Brasil. Sei que os senhores e as senhoras aqui presentes pensam assim também. Por isso, eu tenho certeza de que nós vamos, juntos, vencer este desafio. Tenho certeza disso.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff, eleita presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores em 2010, sucedendo a Lula, vive, no momento desse discurso, um contexto econômico e social distinto ao de seu antecessor, com amplo crescimento econômico e índices significativamente inferiores de pobreza. Através da implementação do Programa Bolsa Família (PBF), que logo substituiu o Programa Fome Zero, um processo de mudança se deu no âmbito dos programas de políticas públicas da era PT, com foco maior na transferência de renda, visando aumento de consumo. Esse processo foi reforçado com a articulação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

Assim como acontece no discurso de Lula, a utilização de endereçamento direto a personalidades e políticos, surge como recurso para aproximar o público e a oradora, oferecendo destaque à presença dessas personalidades e tornando-as representadas pelo discurso proferido.

Nesse sentido, é interessante verificar as características do próprio BSM, que é constituído de uma série de ações voltadas para recebimento de serviços públicos de saúde e educação, para as famílias mais pobres, estando inclusas ações de profissionalização, como o Pronatec. Como grande objetivo do plano, é colocado o esforço para a completa erradicação da miséria no país, embora sejam ditos, no discurso, que grandes avanços para a redução da pobreza já tenham sido realizados, especialmente no governo Lula.

É interessante verificar, no discurso, a noção de inclusão, inserida várias vezes ao longo do texto. É dada como esforço de inserção de mais pessoas em uma ideia de construção nacional, capaz de promover a alegria e a autonomia, com a

formação de imagem de um futuro grandioso para o Brasil, com inserção econômica, cultural e social, sendo a primeira bastante ressaltada, assim promovendo uma ideia de **consenso** nacional acerca da questão.

Um ponto interessante a ser analisado é a tentativa, dentro do discurso, de narrar as políticas da era PT, em seus dois governos, como sendo amplamente transformadoras e inéditas em relação ao combate à pobreza. Assim, fornecendo essa noção, é tecida uma crítica a todos os governos anteriores, que se não ignoraram o problema da miséria, pouco fizeram para combatê-la, ao contrário de Lula e Dilma, que deram primazia ao povo, especialmente ao mais necessitados.

As referências sobre os imperativos éticos trazem, também, **significações** relevantes a serem interpretadas. Dilma alega que aspectos solidários e cristãos (elementos religiosos são trazidos ao discurso com relativa frequência) não são os únicos motivos que justificam a criação de programas de combate à pobreza. Nesse processo, são evidenciados como importantes, para o desenvolvimento do país, a distribuição de renda como forma de aquecer a demanda de mercado, fortalecendo o capitalismo nacional.

No discurso, é demonstrada a necessidade de se abordar os programas de combate à miséria, através de uma ótica sistemática e inter-relacionada, massivamente. Assim, um dos imperativos do plano, será não somente a contemplação de todos os necessitados, que ainda não receberam ajuda, mas também, com uso de cadastro unificado a ampliação do atendimento.

A pobreza no Brasil é criticada como fenômeno social amplo, criada por situações como a escravidão, e mantida pela indiferença dos governantes ao longo dos anos. Teses fatalistas são atacadas, ao passo, que se busca evidenciar que as políticas executadas pelo governo serão bem-sucedidas. A pobreza assim, dentro do discurso, encontra-se significada como sendo a não inclusão das pessoas dentro do âmbito da atuação estatal.

Posto que os governos da era PT foram pioneiros em preocupação com a pobreza, de acordo com o discurso, é feita uma associação desse posicionamento com o de grandes intelectuais nacionais, como Darcy Ribeiro e Joaquim Nabuco. A figura do antecessor, Lula, é frequentemente utilizada, ancorando-se em sua popularidade e assim, visando o estabelecimento, dentro do discurso, de continuidade política.

O **discurso alheio**, em sua modalidade direta, é utilizado através de uma citação de Betinho. Ele também é citado por Lula em seu discurso sobre o Fome Zero, revelando uma certa identidade de ideias com o discurso de Dilma. Nota-se uma busca pelo encaixe das palavras do sociólogo, mantendo sua autoralidade, de forma a implantá-lo dentro do discurso.

Outro ponto a ser analisado é o direcionamento dado na **enunciação**. Incluem-se, especialmente, uma grande quantidade de figuras políticas, com ministros, governadores, senadores, deputados federais, prefeitos e o vice-presidente Michel Temer. Nessa listagem bastante ampla estão figuras de vários espectros políticos, refletindo a busca na época, por parte do governo, de tentar aglutinar um grande grupo de coalizão, mesmo que de forma pouco coesa. Encontram-se, também, o presidente da Associação de Supermercados do Brasil, representando o lado empresarial, além de uma beneficiária do programa, do lado popular.

Por fim, a ideia de conciliação de interesses de classe, em **consenso**, no plano, se faz evidente no discurso. Fatores como empreendedorismo, disponibilização de empregos de maior qualidade, além de crescimento de empresas, alavancado pelo aumento de demanda gerada pela distribuição de renda, exemplificam isso. De modo algum, ao longo do discurso, busca-se atingir questões como a acumulação de propriedade privada.

6.6 DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL TEMER, DURANTE DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Palácio do Planalto, 05 de outubro de 2016

Bom meus amigos, minhas amigas, eu quero começar realmente saudando, as autoridades que aqui se encontram.

Rigorosamente, poderia deixar de fazê-lo, já que o ministro Osmar Terra, relacionou a todos eles. Mas eu acho interessante repetir, porque desde logo, tanto eu, como os senhores e as senhoras, devem estar impressionadíssimos, com a qualidades das pessoas que aqui compareceram.

Qualidade não só no plano nacional, mas também no plano internacional. Basta, secundar as palavras do Osmar Terra, quando ele mencionou o número de embaixadores que aqui se encontram.

Especialmente, também, com os membros da sociedade civil. Que, como bem disse o Osmar Terra, este não é um trabalho apenas para o poder público, mas é um trabalho que deve conectar-se, deve conjugar-se, com aqueles que já exercem essa atividade no setor privado e que encontraram no poder público também um apoio, um incentivo, um entusiasmo. Aliás, devo dizer que, a presença da Marcela, como embaixadora, assim rotulada pela Osmar Terra, visa exatamente a incentivar as senhoras, mulheres do país, autoridades. Certa e seguramente, a Marcela um dia vai convidar as senhoras primeiras-damas e as senhoras prefeitas municipais, para estarem todas aqui em Brasília, para que não fique apenas como um programa da União, mas que seja como um programa da Federação. Portanto da União, e igualmente dos estados brasileiros.

Portanto, ao relacionar, novamente as autoridades, eu vou pedir apenas aos deputados, eu não vou mencionar porque são tantos os deputados aqui e sempre se corre o risco de esquecer um ou dois, que ficam legitimamente aborrecidos com esse esquecimento. Mas eu quero registrar o fato expressivo, significativo, do grande número de parlamentares aqui presentes.

Ou melhor, eu até posso mencioná-los, se alguém não for mencionado levanta o braço que eu menciono.

Mas quero cumprimentar naturalmente a Marcela, o Eliseu Padilha, o Osmar Terra, o Alexandre Moraes, Mendonça Filho, a Mariana Ribas, interina da Cultura, o Ronaldo Nogueira, o Ricardo Barros, o Marcos Pereira, o Hélder Barbalho, Torquato Jardim, Geddel Vieira Lima, o general Sérgio Etchegoyen, a Greice Mendonça, da Advocacia Geral da União.

Naturalmente as senhoras e senhores embaixadores,

As primeiras damas, a senhora Márcia Rollemberg, a senhora Maria Helena Sartori, a senhora Renata Calheiros.

O senador José Medeiros. O José Medeiros fez um belíssimo discurso. Aliás, é interessante, os discursos que o José Medeiros ganham, o senador José Medeiros ganham significado quando você traz uma experiência pessoal, e você relatou aqui experiências pessoais.

Então, por isso a sua participação nessa atividade como coordenador pelo parlamento brasileiro dessa atividade, vai também trazer para esta... para este meio, exatamente o poder Legislativo. Numa coisa que nós temos feito com muita frequência. Nós sabemos que o Executivo não age sozinho, mas age e governa com o Legislativo. E, portanto, a sua palavra, a sua manifestação, o seu discurso, revelou exatamente essa integração que esperamos que seja cada vez mais produtiva na integração que você fará com o ministro Osmar Terra.

Quero saudar, também, a Cidinha Santos, a nossa querida senadora Marta Suplicy, que já tem trabalhos nessa área há muito tempo e que, portanto, poderá trazer uma experiência extraordinária para somar àquelas experiências já editadas e as outras que agora se verificarão.

O Romero Jucá, o Waldemir Moka, penso que mencionei todos os senadores.

Os deputados federais Alceu Moreira, Antonio Brito, Baleia Rossi, Bruna Furlan, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Dulce Miranda, Eduardo Barbosa, Eros Biondini, Geovania de Sá, Hildo Rocha, Leandre, Lucio Vieira Lima, Manoel Junior, Márcio Marinho, Marinha Raupp, Mauro Pereira, Miguel Lombardi, Nelson Marquezelli, Soraya Santos, Valdir Colatto,

Assim como Marun, deputado Marun, sempre melhora, a Bruna Furlan já mencionei.

Sempre é bom ser esquecido porque quando lembrado, ganha realce.

O Raul Henry, vice-governador de Pernambuco,

Cezar, do Espírito Santo,

Cida Borghetti, do Paraná,

A senhora Teresa Surita, prefeita de Boa Vista,

Enfim, secretários estaduais e municipais, gestores, profissionais de assistência social.

E aqui eu quero, muito rapidamente, dizer aos senhores e às senhoras, que o nosso país passa por importantes transformações. Há permanentemente, não é de hoje, muitas vezes se pensa que a palavra que se diz se refere apenas ao dia de hoje, mas o Brasil passa por extraordinárias modificações desde a criação do novo Estado brasileiro em 5 de outubro de 1988.

Aliás, muito a propósito, hoje fazemos 28 anos da nova Constituição brasileira. E, por ser democrática, merece o aplauso que espontaneamente se deu. E, portanto, essa Constituição faz com que o Estado, fez com que o Estado se modernizasse.

Convenhamos, nós avançamos muitíssimos, estou vendo aqui o senador Edison Lobão, a quem cumprimento, e, portanto, reitero que a Constituição brasileira, e quero cumprimentar a senhor Osmar Terra. Porque vejo que, na verdade, o Osmar já trabalha nesse tópico há muito tempo. Mas, seguramente, Osmar, eu posso garantir que força motriz da sua belíssima atividade está na senhora Osmar Terra, que merece o aplauso.

Os senhores sabem todos, que nós temos, fazemos o possível ao longo do tempo e estamos fazendo agora para zelar pelo bem-estar da nossa sociedade, especialmente pelos segmentos mais frágeis. Porque, convenhamos, os segmentos que já estão fortalecidos no Estado brasileiro demandam muito menos a presença do Estado do que os segmentos mais frágeis.

E, entre os segmentos mais frágeis inscrevem-se, sem dúvida aqueles, que estão na extrema pobreza e que são hoje, desfrutantes do Bolsa Família. Portanto, nós temos, ao longo do tempo, verificado que se trata de um Programa exitoso e que, exitoso como é, deve continuar a sê-lo.

Não vou usar nenhuma próclise, porque há pouco tempo escreveram que falo bem o português e criticaram. Então, eu não vou usar nenhuma próclise.

Mas esse Programa de muito êxito tem que ser preservado e incentivado. É interessante que, não apenas os adultos, é claro, que a destinação dos valores vai, até vai para a mãe, vai para a mulher. E, muito recentemente nós, tomamos a cautela, aliás, o gesto governamental muito adequado, que me foi trazido pelo Osmar Terra, de revalorizar o Bolsa Família, que não era revalorizado há mais de dois anos. Fizemos uma revalorização que produz, naturalmente, bons resultados. Mas vamos mais além.

O Criança Feliz visa, como puderam perceber, exatamente o amparo à criança e naquele período, não quero ser repetitivo, naquele período de formação da criança. Interessante, nos últimos tempos isto, penso eu, embora (...) na matéria, eu penso que de uns oito, dez anos para cá, que a ciência começou a perceber que é do zero aos três anos que se forma a personalidade do ser humano. Então, este cuidado é indispensável e por isto que o Criança Feliz, não é, visa exatamente a reforçar essa rede de proteção social, não com vistas apenas ao presente - ao presente eu diria estar presente o Bolsa Família - mas para o futuro, àqueles que vão dirigir o país no futuro, está presente o Criança Feliz.

Então, por isto, nós estamos aplaudindo esse Programa, cumprimentando o Osmar Terra pela oportunidade de lançá-lo e ao lançá-lo revelar, e eu sei disso, esse trabalho já foi feito lá no Rio Grande do Sul, o Programa era secretário, e já em vários estados brasileiros, como se adiantou, está se verificando o Programa.

O que quer a União Federal, e esta é a nossa pretensão, é de alguma maneira sistematizar, coordenar todos esses trabalhos de modo que o Brasil unido, sociedade, governos estaduais, governos municipais e governo federal, possam trabalhar muito ativamente para o futuro do Brasil, pensando nas crianças que hoje tem de zero a três anos.

Mas nós sabemos que 20, 30 anos na vida de um país não é nada, de modo que nós começamos hoje, para engrandecer mais uma vez o nosso país. Por isso que cuidar da criança de hoje, é cuidar dos homens e das mulheres de amanhã.

Aliás, como puderam perceber, a infância nos acompanha ao longo da vida. Quantas e quantas vezes convenhamos, os senhores e as senhoras tem um gesto na vida adulta que os reconduz a momentos da sua infância, não é?

Às vezes um perfume, um odor qualquer lembra sua infância, um gesto qualquer, um pensamento qualquer lembra a sua infância. A significar, portanto, que a infância é a marca mais evidente da formação da personalidade do homem e da mulher, que marca o nosso destino.

Esta, meus senhores e minhas senhoras, é a certeza que nos anima a levar adiante o Criança Feliz. Sejam todos felizes.

Em um contexto **(tema)** marcado por crise econômica, política e social, após do golpe jurídico-parlamentar que depôs sua antecessora, Michel Temer, agora presidente lança uma série de medidas impopulares e que promovem a retirada de direitos, em especial, trabalhistas e previdenciários, adotando uma agenda fortemente preconizada pelo mercado. Contraditoriamente, ele lança o Programa Criança Feliz, que visa fornecer acompanhamento de crianças de até seis anos de idade.

Na construção da **enunciação**, devendo refletir o amplo apoio e a necessidade de manter firme sua base parlamentar, que lhe deu o poder, dentro desse discurso são mencionados o nome de uma série de autoridades do poder legislativo, alguns em um tom informal. É acentuada, após citação de discurso proferido anteriormente, a importância do bom convívio entre o poder legislativo e o poder executivo, com forte espírito de integração para governar. Se, antes, a integração proposta nos discursos presidenciais era dos interesses de classes antagônicas, agora, a governabilidade se dá através de pactos entre frações dominantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. A presença de Marcela Temer, primeira-dama e embaixadora do programa, é colocada por Temer como ligação entre diferentes entes federativos, servindo como objeto desse esforço de aglutinação de uma base política, através de encontros com prefeitas e primeiras-damas.

Nesse sentido, a figura do ministro da saúde Osmar Terra é colocada em centralidade, com Michel Temer conferindo-lhe o papel de grande autor do programa. De fato, Temer, ao falar de algumas das diretrizes do programa, o faz citando Osmar Terra, em **discurso alheio** indireto, trazendo-o para dentro de seu discurso.

Em meio à situação de denúncias e críticas sobre sua ascensão ao poder, Temer, faz uma apologia à constituição cidadã de 1988, visando estabelecer um posicionamento de seu governo, de cunho democrático e legítimo, ao menos pela produção retórica. Buscando apoio popular, diz que vai realizar uma vigorosa expansão de programas, bem-sucedidos, criados na Era PT, em especial, o Bolsa Família. Promete efetuar, nesse discurso, um aumento vigoroso nos repasses ao PBF, aumentando os valores destinados às famílias. Assim visando constituir um elemento de **consenso** em torno de seu governo.

Com pretensão despolitizante, o discurso de Temer não traz uma definição clara sobre a pobreza. Entende-se que ela esteja relacionada ao recebimento de renda pelo Programa Bolsa Família.

Do ponto de vista do Criança Feliz, poucas informações relevantes são explicitadas, tendo uma definição vazia de conteúdo ao longo do discurso. Como visão de futuro, não é transmitida nenhuma ideia de transformação nacional ou de desenvolvimento, mesmo que em linhas mercadológicas, conforme fora realizado por seus antecessores. Como justificativa ao projeto, temos um apelo sentimental e idílico com relação à infância, criando-se uma **significação** voltada para o sentido de felicidade, sem tocar em qualquer grande problemática social vivida pelo país. Ainda que o Criança Feliz não possa ser apresentado como uma oferta populista, ele é divulgado em um momento em que se começa a questionar a relevância da questão social no governo Temer. O Criança Feliz serve, então, para divulgar que o novo governo não só continuará atendendo a parcela mais necessitada da população, mas oferecerá uma atenção ainda mais focada às crianças. É possível, pois, fazer uma relação com o apelo à infância como elemento discursivo para legitimar as ações desse governo à atenção social.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que ao longo dos mais de cinquenta anos transcorridos desde o golpe militar de 1964, inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas ocorreram no Brasil, marcadas pela transição entre diferentes forças políticas. A pobreza, que permeia o debate nacional e se constitui como elemento indissociável da realidade e do cotidiano nacional, tem um papel político bastante importante, representando uma chaga na sociedade.

Neste trabalho, pesquisamos como a pobreza vem sendo constituída, desde então, como um tema (VOLÓCHINOV, 2017) pelos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas. Ainda que a pesquisa dos discursos não tenha sido exaustiva, encontramos a formação de um consenso pelos discursos oficiais aqui abordados. Além disso, identificamos uma série de significações atribuídas ao signo pobreza que permitem afirmar que o tema da pobreza, nos discursos oficiais de presidentes e primeiras-damas do Brasil, segue a lógica neoliberal, expressa tanto nas significações, quanto nas alternativas propaladas para o combate à pobreza.

É possível, pois, caracterizar a forma evolutiva de como se constituíram a elaboração dessas políticas públicas, como sendo um reforço do neoliberalismo, através de defesa de suas bases principais, conforme colocadas por Puello-Socarrás (2013):

La explotación económica, la dominación política, la opresión social y la alienación ideológica, en todos los niveles y dimensiones que caracterizan - al decir de Wallerstein - la economía-mundo capitalista encuentran al día de hoy y, al mismo tiempo, su cenit y su ocaso. La denominación coloquial que se le ha venido otorgado al neoliberalismo como “capitalismo salvaje” es tan consistente como descriptiva respecto de la progresiva mercantilización de la vida humana pero sustancialmente de la deshumanización del hombre (en sentido genérico) dentro del capitalismo (p. 3).

Dada a relevância do tema e de seus desdobramentos, sugere-se a necessidade de se analisarem um número maior de discursos, inclusive de outros presidentes, com maior aprofundamento em cada época e a consequente busca em discursos proferidos por outras figuras de governo. Faz-se necessário um estudo que interrelacione as diferentes formas de atuação e de retórica dos governos, em períodos distintos, possibilitando uma visão histórica do processo.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que foram identificados elementos capazes de evidenciar a forma como é dado o processo de produção do tema da pobreza. Ao longo dos discursos, apresentou-se a busca constante por iniciativas de resolução do problema da pobreza, em geral voltadas para a manutenção da dinâmica das relações de classe vigentes. De modo geral, os governos aqui apontados (Castelo Branco, Sarney, FHC, Lula, Dilma e Temer) buscaram a conciliação de interesses das classes antagônicas, visando um alinhamento destas em prol de um objetivo nacional maior ou pela negação das relações conflituosas que se fazem imanentes, em especial nos momentos de acirramento do processo de luta de classes. Mantiveram-se assim inalteradas as determinantes socioeconômicas produtoras dessa realidade nacional, em que rege a pobreza como condição de vida da maior parte da população brasileira.

Tornou-se notório ao longo dos discursos analisados, como principal artifício argumentativo para a construção de consenso social, o uso de uma retórica fortemente marcada pelo economicismo. Encontraram-se como elementos significativos de defesa dessa linha de pensamento adotada pelos mandatários, as seguintes preconizações: a disponibilização de oportunidades de emprego geradas pelo setor privado (governos Castelo Branco, Sarney e FHC); o incentivo ao empreendedorismo (governo Dilma); a transferência condicionada de renda de forma a alavancar o consumo de massa (governos Lula e Dilma), a manutenção da propriedade privada (Castelo Branco) e a responsabilidade corporativa (governo Lula).

Outro ponto destacado nos discursos é essencialidade do combate à pobreza por intermédio da atuação das forças de governo em diversas frentes, com diferentes abordagens sendo discutidas em cada um dos discursos. A retórica economicista se faz presente também dentro das possibilidades de construção de ações estatais, sendo o principal ponto defendido em alguns dos discursos o aprimoramento de uso da máquina estatal para o fomento de empresas, gerando, conseqüentemente mais emprego e renda. A delegação da execução de programas sociais ao setor privado também é propugnada, embora com relativa mediação de Estado. Não obstante, especialmente durante os governos do PT, reforçaram-se mecanismos de atuação, com fortalecimento institucional, para andamento de um projeto estatal de combate à pobreza.

Essas abordagens, entretanto, pressupõe um esvaziamento da carga política existente na questão da miséria, ao colocá-la como sendo solucionável por projetos sociais e técnicos. Uma vez que sua origem se encontra essencialmente ligada a questões estruturais da sociedade, com suas divisões de classe, entretanto, encontram-se inócuas como forma de transformação e emancipação social. Somente a ação política consciente e coletiva, pode produzir alterações nesse paradigma.

A conciliação de classes surge, dessa forma, como aspecto marcante dentro da construção dos discursos sobre a essa temática da miséria. Por processos de significação dos termos “pobreza” e “combate à pobreza”, que a revestem de um caráter essencialmente ideológico, é deliberadamente buscada a formação de um consenso social sob a temática. São utilizados nesses processos de significação que ocorrem nos discursos proferidos, traços religiosos e políticos, como defesa da liberdade e da democracia.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, P. R. Z.; DORNELAS CAMARA, G. **O novo desenvolvimento como farsa e o neoliberalismo como fato: as 8 teses do novo neoliberalismo na realidade brasileira.** In: Anuario em estudios políticos latinoamericanos 2, Colômbia: Universidad Nacional, 2015. p. 97-124.

BRASIL. Presidência da República. [Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8869.htm) Institui o Programa Criança Feliz. Brasília: 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8869.htm >. Acesso em: 18/04/2017.

BRASIL. Presidência da República. [Medida provisória no 813, de 1 de janeiro de 1995.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/813.htm) Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/813.htm >. Acesso em: 29/06/2017.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2003

DEMO, Pedro. Brincando de Solidariedade: política social de primeira-dama. In: Silva, Maria Ozanira da Silva e (Coord.) **O Comunidade Solidária: não enfrentamento da pobreza no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.

DORNELAS CAMARA, Guilherme. **Fundamentação Moral do Combate à Pobreza no Brasil:** Um Confronto entre os Princípios Orientadores do Banco Mundial, Rawls, Sen do PNUD e o Princípio Ético-Normativo da Filosofia da Libertação. *RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 3, p. 119-137, 2014.

DORNELAS CAMARA, Guilherme. O combate à fome e à pobreza no Brasil: uma análise a partir do histórico das políticas federais. In: DA SILVA, Francielle Molon., org. **Gestão Pública Brasileira:** caminhos percorridos, avanços alcançados e desafios a serem superados. Curitiba: Prismas, 2013. cap.9, p.181-201.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schimidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

LEGUIZAMÓN, Sonia Álvarez. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007. p. 79-124. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/clacso-crop/20120708123647/05legui2.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PINHEIRO, Daniela. Extinta, LBA ainda mantém folha salarial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/21/brasil/16.html>>. Acesso em 26 nov. 2017.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. 7 Tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, 7., 2013, Mendoza. **Anais...** . Mendoza: Facultad de Ciencias Económicas – Uncuyo, 2013. p. 1 – 32. Disponível em: <http://www.elcorreo.eu.org/IMG/pdf/Puello-Socarras_JF_2013_7_tesis_sobre_el_Neoliberalismo_JEC_Mendoza_.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROSANE COLLOR TERÁ que pagar multa por prejuízos à LBA. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 2001. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rosane-collor-tera-que-pagar-multa-por-prejuizos-a-lba,20010919p40002>>. Acesso em 26 nov. 2017.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. **MFL em contexto**: algumas questões. Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], v. 11, n. 3, p. Port. 154-173 / Eng. 160-180, set. 2016. ISSN 2176-4573. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/23023>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, Junho de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jul. 17.

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WORLD BANK.. **World Development Report. 2006**. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/09/28/000012009_20050928150847/Rendered/PDF/335910rev0ENGLISH0WDR20060overview.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

WORLD BANK. **World Development Report. 2001**. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2007/09/12/000020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLI C1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.